

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2020/2021**



**TII**

**O TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS E A CONVENÇÃO  
EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS NA GARANTIA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS DE CIDADÃOS DETIDOS E RECLUSOS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Clara Cristina Machado Lopes  
MAJ, GNR INF**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS E A**  
**CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE**  
**CIDADÃOS DETIDOS E RECLUSOS**

**MAJ GNR INF Clara Cristina Machado Lopes**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Pedrouços 2021



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS E A**  
**CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE**  
**CIDADÃOS DETIDOS E RECLUSOS**

**MAJ GNR INF Clara Cristina Machado Lopes**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Orientador: TCOR GNR INF José Arlindo Varela Pereira

Coorientador: MAJ GNR INF Pedro Miguel Dias Ramos

Pedrouços 2021



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **Clara Cristina Machado Lopes**, declaro por minha honra que o documento intitulado **O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos na garantia dos Direitos Fundamentais de cidadãos detidos e reclusos** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditora do Curso de Estado-Maior Conjunto 2020/2021 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de maio de 2021**

Clara Cristina Machado Lopes

---



## **Agradecimentos**

As primeiras palavras de agradecimento não poderiam deixar de ser para o meu Amigo e orientador, Tenente-Coronel de Infantaria José Arlindo Varela Pereira, pelo incentivo, dedicação e camaradagem, por mais uma caminhada na partilha da aprendizagem na área dos Direitos Humanos.

Agradeço ao Major Pedro Ramos, pela amizade e camaradagem. Obrigada Amigo.

Uma palavra especial pelo valioso contributo e disponibilidade demonstrados pelos ilustres especialistas que sustentaram esta investigação, nomeadamente ao Professor Doutor Paulo Pinto de Albuquerque, ao Professor Rui Carlos Pereira, à Doutora Maria Lúcia Amaral, Provedora de Justiça, na pessoa do Doutor João Costa, à Juíza Conselheira Margarida Blasco, à Juíza Desembargadora Anabela Leitão Cabral Ferreira, Inspetora-Geral da Administração Interna, ao Tenente-General Rui Manuel Carlos Clero, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, e ao Superintendente-Chefe Manuel Magina da Silva, Diretor Nacional da PSP, na pessoa do Intendente Hugo Guintote.

Ao Capitão-de-mar-e-guerra Luís Daniel Carona Jimenez, uma palavra de apreço pela sua dedicação na salvaguarda dos interesses e necessidades dos Auditores do Curso de Estado-Maior Conjunto.

Aos meus Camaradas e Amigos de curso, pela indelével disponibilidade e incansável camaradagem nos momentos difíceis.

As últimas palavras são destinadas às pessoas mais importantes da minha vida e a quem devo tudo o que sou, aos meus pais, pelo incondicional apoio na concretização desta etapa importante para a minha carreira militar.



## **Índice**

1. Introdução .....	1
2. Enquadramento concetual e metodológico .....	4
2.1. Revisão da literatura .....	4
2.2. Base concetual .....	6
2.3. Metodologia e Método.....	9
3. O sistema europeu de proteção dos Direitos Humanos: o Conselho da Europa.....	11
3.1. A proibição da tortura de cidadãos detidos, à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos .....	12
3.2. Os contributos do Comité para a Prevenção da Tortura na melhoria das condições de cidadãos detidos.....	14
3.3. Síntese conclusiva.....	16
4. Mecanismos de prevenção da tortura em Portugal .....	18
4.1. Provedor de Justiça – Mecanismo Nacional de Prevenção.....	18
4.2. Inspeção-Geral da Administração Interna .....	20
4.3. Forças de Segurança .....	21
4.4. Síntese conclusiva.....	23
5. Contributos para a melhoria da prevenção da tortura de cidadãos detidos.....	25
5.1. Análise das entrevistas.....	25
5.2. Apresentação de medidas de melhoria.....	28
5.3. Síntese conclusiva.....	30
6. Conclusões .....	31
Referências Bibliográficas.....	34

## **Índice de Anexos**

Anexo A – Estatísticas do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.....	Anx A-1
--	---------

## **Índice de Apêndices**

Apêndice A – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Carta de apresentação e guião da entrevista .....	Apd B-1
Apêndice C – Perguntas e segmentos de resposta.....	Apd C-1
Apêndice D – Excertos das entrevistas e segmentos de resposta identificados .....	Apd D-1



## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Violações por art.º e por Estado .....	Anx A-1
---	---------

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 – Visitas do MNP às instalações das FS.....	19
Quadro 2 – Ocorrências comunicadas à IGAI, contra elementos das FS (2013-2019).....	20
Quadro 3 – N.º de horas de DH na formação inicial das FS .....	23
Quadro 4 – Identificação dos Entrevistados .....	25
Quadro 5 – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Quadro 6 – Perguntas e segmentos de resposta.....	Apd C-1
Quadro 7 – Excertos das entrevistas e segmentos de resposta identificados.....	Apd D-1



## **Resumo**

A violação dos Direitos Fundamentais de cidadãos detidos persiste como um tema atual, com especial visibilidade para o uso da força excessivo por elementos policiais.

O presente trabalho analisa o sistema nacional de proteção dos Direitos Humanos, com enfoque na proibição da tortura, enquanto direito fundamental constitucionalmente consagrado em Portugal, contextualizando-se, numa primeira fase, o sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos. A nível europeu, salienta-se a relevância do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e do Comité para a Prevenção da Tortura, enquanto mecanismos de prevenção da tortura consagrados na esfera do Conselho da Europa.

O estudo assenta no raciocínio dedutivo, numa estratégia de investigação qualitativa, sustentado num estudo de caso e complementado com entrevistas realizadas a especialistas na temática.

Com esta investigação, inferimos que as Forças de Segurança se deparam com desafios elementares no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos, concluindo-se ser fundamental a adoção de rigorosos critérios no recrutamento de elementos policiais, reconhecendo-se a necessidade das instituições assegurarem um papel ativo na formação inicial e contínua dos seus elementos, medidas estas que poderão ser reforçadas com uma alteração legislativa que possibilite a utilização de sistemas de videovigilância nos locais de detenção das Forças de Segurança.

## **Palavras-chave:**

Tortura; Forças de Segurança; Cidadãos Detidos; Prevenção da Tortura





## **Abstract**

*Fundamental Rights violations of detained citizens continue to be a current issue, with particular visibility for the use of excessive force by police elements.*

*This paper analyzes the national system for the protection of Human Rights, focusing on the prohibition of torture as a fundamental right constitutionally enshrined in Portugal, contextualizing, in a first phase, the international system for the protection of Human Rights. As mechanisms for the prevention of torture within the scope of the Council of Europe at the European level, the European Court of Human Rights and the Committee for the Prevention of Torture must be highlighted.*

*The study is based on deductive reasoning, based on a qualitative research strategy, supported by a case study and complemented by interviews with specialists in the subject.*

*Evidence shows that Security Forces are faced with elementary challenges in the prevention of torture of detained citizens, with the adoption of strict criteria in recruiting police elements, recognizing the need for institutions to ensure an active role in the initial and continuous training of its members. These measures could be reinforced with a legislative change that allows video surveillance systems in the Security Forces' places of detention.*

## **Keywords:**

*Torture; Security Forces; Detained Citizens; Prevention of Torture*



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

### A

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
APF	<i>Asia Pacific Forum</i>
APT	<i>Association for the Prevention of Torture</i>
art.º	artigo

### C

CAT	Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes
CDSP	Código Deontológico do Serviço Policial
CEDH	Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais
CEu	Conselho da Europa/ <i>Council of Europe</i>
<i>Cfr.</i>	Conforme
CPP	Código de Processual Penal
CPT	Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes/ <i>Committee for the Prevention of Torture</i>
CRP	Constituição da República Portuguesa

### D

DF	Direitos Fundamentais
DH	Direitos Humanos
DIDH	Direito Internacional dos Direitos Humanos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos

### E

ECHR	<i>European Court of Human Rights</i>
------	---------------------------------------

### F

FS	Forças de Segurança
----	---------------------

### G

GNR	Guarda Nacional Republicana
-----	-----------------------------

### I

IGAI	Inspetora/Inspeção-Geral da Administração Interna
IUM	Instituto Universitário Militar

### L

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgéneros
------	--



## **M**

MAI	Ministério da Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
MNP	Mecanismo Nacional de Prevenção
MP	Ministério Público

## **O**

OCS	Órgãos de Comunicação Social
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OHCHR	<i>Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights</i>
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

## **P**

PdJ	Provedor de Justiça
PFCAT	Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
PIDCP	Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PPMD	Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança
PSP	Polícia de Segurança Pública

## **Q**

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

## **R**

RAR	Resolução da Assembleia da República
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
Rec.	Recomendações

## **T**

TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
TII	Trabalho de Investigação Individual

## **U**

UN	<i>United Nations</i>
----	-----------------------

## 1. Introdução

A violação dos Direitos Fundamentais (DF) de cidadãos detidos, decorrente da atuação policial, continua na ordem do dia. Segundo Henriques (2020, p. 20) “a violência policial contra cidadãos detidos, sobretudo afrodescendentes e imigrantes, é algo que acontece frequentemente em Portugal. Mas as autoridades governamentais não reconhecem o problema, adotando uma postura de negação”.

O relatório publicado pelo Conselho da Europa (CEu), em 13 de novembro de 2020, relativo à visita a Portugal, em dezembro de 2019, do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT), endereça várias recomendações ao Estado português, nomeadamente ao nível do Ministério da Administração Interna (MAI), aos responsáveis pelas Forças de Segurança<sup>1</sup> (FS), na medida em que deverão transmitir uma mensagem forte institucional, relativamente à ilegalidade dos maus-tratos de cidadãos detidos, bem como reforçar a imagem institucional da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), em áreas com uma elevada proporção de migrantes e cidadãos afrodescendentes, no âmbito dos programas de policiamento comunitário (CEu, 2020).

O prestígio de Portugal, enquanto Estado de direito democrático, saiu fragilizado com a situação mediática resultante da morte do cidadão ucraniano nas instalações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2020, enquanto se encontrava detido (CEu, 2020), com um impacto significativo na Instituição, firmando a violência policial enquanto fenómeno que afeta as forças e serviços de segurança nacionais, situação que carece de uma resposta direcionada por parte dos mecanismos nacionais de proteção dos Direitos Humanos (DH).

A violência perpetrada pelas FS nos países europeus tem sido objeto de análise pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), nomeadamente na atuação policial no momento da detenção de suspeitos de um crime, ao abrigo da lei penal. O presente trabalho, centrado na temática do respeito pelos DF dos cidadãos detidos, à luz da jurisprudência emanada pelo TEDH, na interpretação que é dada por este organismo da Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais<sup>2</sup> (CEDH), implica uma abordagem ao sistema internacional de proteção dos DH, bem como do sistema nacional existente, sustentado por mecanismos que demonstram uma elevada complexidade, quer na

---

<sup>1</sup> Subentenda-se a GNR e a PSP, organicamente dependentes do MAI (n.º 2 do art.º 6.º da Lei Orgânica do MAI).

<sup>2</sup> Abreviadamente Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

sua gestão, bem como na diversidade de competências exigidas aos que desempenham funções nesses mecanismos.

As ordens legítimas da autoridade policial não são, na maioria das vezes, acatadas pelos cidadãos, situações que levam a uma desproporcionalidade do uso da força e à crescente visibilidade da atuação policial, associada à tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos (Fontes, 2018).

Ora, tratando-se dos DF de cidadãos detidos, o Estado português enfrenta um grande desafio, conforme aponta o último relatório do CPT, importando refletir sobre os mecanismos de monitorização dos DF, na garantia da dignidade humana dos cidadãos detidos pelas FS, porquanto devido à sua condição e situação jurídica, os detidos deparam-se constantemente com violações dos seus direitos, mais do que qualquer outro cidadão na sociedade (Rouhi, Dezaki e Karveh, 2016).

Posto isto, é notória a pertinência e atualidade do presente trabalho, julgando-se premente a investigação do modelo atual do sistema nacional de proteção dos DF de cidadãos detidos, no contexto da atuação policial, tendo como objeto de estudo do presente Trabalho de Investigação Individual (TII) os DF de cidadãos detidos.

A delimitação do tema é de grande relevância, para evitar a dispersão da investigação e porque permite uma especificação clara do objeto da investigação, pelo que o presente estudo será delimitado em três domínios: tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019).

No domínio temporal, a investigação centrar-se-á no período compreendido entre a implementação do Mecanismo Nacional de Prevenção (MNP), em 2013, e o final do ano de 2020.

Quanto ao espaço, o tema será abordado do ponto de vista nacional, no contexto das FS.

Relativamente ao conteúdo, este será delimitado ao estudo da proibição da tortura, em conformidade com o artigo (art.º) 3.º da CEDH, de cidadãos detidos sob a responsabilidade das FS.

Face ao exposto, o Objetivo Geral (OG) da investigação é avaliar os principais desafios que se apresentam às FS no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos.

No sentido de se atingir o OG propõem-se os seguintes Objetivos Específicos (OE):

**OE1.** Analisar os mecanismos de prevenção da tortura do CEu;

**OE2.** Analisar os mecanismos de monitorização de prevenção da tortura instituídos nas FS em Portugal;

**OE3.** Propor medidas de melhoria, no contexto das FS, no que respeita à prevenção da tortura de cidadãos detidos.

Desta forma, o problema em investigação assume-se como elemento fundamental da definição deste percurso, uma vez que dele derivam a formulação da Questão Central (QC) e respetivas Questões Derivadas (QD), consideradas elementos chave deste processo (Santos & Lima, 2019). Assim, como desiderato pretende-se responder à seguinte QC: Quais os desafios que se apresentam às FS no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos?

A partir do OG e respetivos OE, e atendendo à questão orientadora da pesquisa, foram elencadas as seguintes QD:

**QD1.** Quais os mecanismos de prevenção da tortura estabelecidos pelo CEu?

**QD2.** Que mecanismos de monitorização de prevenção da tortura se encontram instituídos nas FS em Portugal?

**QD3.** Que propostas de melhoria se identificam como essenciais no que respeita à prevenção da tortura de cidadãos detidos, no contexto das FS?

A investigação encontra-se estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro destinado à introdução do tema. No segundo capítulo, apresenta-se a revisão da literatura, enquadrando-se o tema em termos conceptuais e contextualizando-se a metodologia adotada durante a investigação. O terceiro capítulo reflete a análise dos mecanismos de prevenção da tortura do CEu, espelhando as atuais tendências no respeitante à violação do art.º 3.º da CEDH por parte de elementos policiais de diferentes países europeus, com base na jurisprudência do TEDH, assim como o papel do CPT na melhoria das condições de cidadãos detidos. No que tange ao quarto capítulo, o foco centra-se nos principais mecanismos de monitorização de prevenção da tortura nacionais. No quinto capítulo, apresenta-se a análise das entrevistas, identificando-se propostas de melhoria respeitantes aos mecanismos de prevenção da tortura instituídos nas FS.

Por fim, das conclusões emergem os principais resultados identificados ao longo do trabalho, com os quais se pretende acrescentar valor científico e de onde se extraem os principais desafios para as FS, no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos, afigurando-se como base a investigações futuras.

## **2. Enquadramento concetual e metodológico**

### **2.1. Revisão da literatura**

O respeito pelos DF dos cidadãos, tem sido alvo de diversos estudos, em especial no que diz respeito aos mecanismos implementados para a sua proteção, assim como do impacto na sua eficácia, por parte dos funcionários do Estado.

Evidencia-se o estudo de Vânia do Rego Duarte, focalizado nos mecanismos e sistemas de proteção dos DH em Portugal, no qual se conclui que a atuação dos Estados compromete a eficácia do sistema internacional de proteção dos DH, podendo até agravar algumas situações de DH, no entanto, o empenho da comunidade internacional é essencial na prossecução dos objetivos dos mecanismos de proteção dos DH (Duarte, 2017).

Por seu lado, Filipa de Aragão Homem, ao estudar a articulação do sistema de garantia dos DH instituído pela CEDH com o sistema português de proteção de DF, concluiu que essa articulação, “devido à complexidade que lhe é inerente, constitui um obstáculo à plena eficácia e operacionalidade da mesma e pode mesmo produzir um efeito dissuasor no momento de decidir apresentar ou não apresentar a queixa” (Homem, 2017, p. 117).

Sucedem, porém, que os estudos apresentados se focam nos mecanismos de proteção, abrangendo os DF, não estando delimitados ao estudo dos mecanismos de prevenção da tortura.

Em bom rigor, importa, primeiramente, analisar a evolução histórica da proteção internacional dos DH, exigindo-se uma prévia reflexão até à criação do TEDH. Ana Martins, define Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) como “o conjunto de regras jurídicas internacionais, [...] que reconhecem, sem discriminação, aos indivíduos direitos e faculdades que asseguram a liberdade e a dignidade da pessoa humana e que beneficiam de garantias institucionais” (2017, p. 82). Não obstante, a não internacionalização e universalização dos DH antes da II Guerra Mundial, em que a proteção dos indivíduos se manifestava em regimes distintos, como é o caso da proteção humanitária, a proteção de minorias e a proteção dos trabalhadores (Martins, 2017), a consolidação dos DH enquanto direitos universais passa a ser uma preocupação da comunidade internacional, decorrente das atrocidades cometidas nas duas grandes guerras<sup>3</sup>. Enquanto documento enquadrador, o preâmbulo da Carta<sup>4</sup> fundadora da Organização das Nações Unidas (ONU) inclui uma série de referências aos DH, não contemplando um catálogo de DH.

---

<sup>3</sup> I e II Guerras Mundiais.

<sup>4</sup> Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco em 26 de junho de 1945.

Assim, numa primeira fase, perante a necessidade de colmatar a lacuna da Carta, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>5</sup> (DUDH), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 10 de dezembro de 1948, resultante de um esforço congregado da comunidade internacional no respeito universal dos DH. Todavia, apesar da existência de uma lista de direitos na DUDH, não existiu um consenso “a respeito da definição e justificação filosófica dos direitos humanos” (Ribeiro, Coutinho e Cabrita, 2011, p. 174).

Numa segunda fase, de entre vários instrumentos jurídicos de DH adotados, destaca-se o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais<sup>6</sup> (PIDESC) e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos<sup>7</sup> (PIDCP), adotados pela Resolução 2200-A (XXI), da AGNU, de 16 de dezembro de 1966. Ao abrigo da ONU, eleva-se o papel do Conselho de DH na garantia do respeito pelos DH por parte dos Estados, através do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (United Nations [UN] Human Rights Council, 2021), tendo Portugal já sido submetido ao Exame Periódico Universal por três vezes (XXI Governo Constitucional, 2019). No âmbito da prevenção da tortura, é de realçar a Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes<sup>8</sup> (CAT), que institui um Comité contra a Tortura<sup>9</sup>, enquanto mecanismo responsável por monitorizar os compromissos assumidos pelos Estados ao abrigo da CAT.

No âmbito dos sistemas regionais de proteção dos DH, destaca-se o sistema europeu, o da União Europeia, o americano e o africano, tendo como principais mecanismos de controlo a CEDH, a Carta dos DF da União Europeia, a Convenção Americana dos DH e a Carta Africana dos DH e dos Povos, respetivamente (Martins, 2017).

Embora o foco seja a proibição da tortura de cidadãos detidos, deve resistir-se a qualquer impressão de que os detidos gozam de direitos específicos, ou seja, a perda de liberdade por parte dos cidadãos detidos não dão origem a categorias específicas de direitos, mas entender sobre a oportunidade para deliberar sobre a melhor forma de proteger os detidos (Murdoch, 2006).

Importa, por isso, aludir às normas internacionais no que diz respeito à proteção dos cidadãos detidos, nomeadamente o Conjunto de Princípios para a Proteção de todas as

---

<sup>5</sup> Publicada em Portugal no Diário da República n.º 57, I Série A, de 9 de março de 1978. Em conformidade com a Lei n.º 45/2019, de 27 de junho, nos instrumentos jurídicos a que Portugal se encontra vinculado, publicados no Diário da República, onde se lê “direitos do homem” deve ler-se “direitos humanos”.

<sup>6</sup> Aprovado, para ratificação, pela Lei n.º 45/78, de 11 de julho.

<sup>7</sup> Aprovado, para ratificação, pela Lei n.º 29/78, de 12 de junho.

<sup>8</sup> Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984.

<sup>9</sup> Conforme (*Cfr.*) art.º 17.º da CAT.



peçoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão<sup>10</sup> (doravante designados por Conjunto de Princípios), da ONU. Este Conjunto de Princípios aplica-se às peçoas sujeitas a qualquer forma de detenção, assentam na dignidade humana<sup>11</sup>, entre outros, e aludem à proibição da tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, independentemente das circunstâncias<sup>12</sup>.

No quadro europeu, a proteção dos direitos dos detidos é considerada pela compreensão firme das normas vinculativas estabelecidas na CEDH e interpretadas pelo TEDH, promovendo este organismo a proteção dos detidos através da jurisprudência por si emanada (Murdoch, 2006).

Face ao exposto, a concretização deste estudo terá como base o sistema europeu de proteção dos DH, na esfera do CEu, evidenciando-se a CEDH e o CPT, bem como o sistema de proteção de DH em Portugal, relativamente à proibição e prevenção da tortura, de cidadãos detidos.

## **2.2. Base concetual**

Para melhor compreensão da investigação, importa clarificar os conceitos estruturantes realçados ao longo do trabalho: DH, DF, detenção, tortura e prevenção da tortura.

Primeiramente, distinguir DH de DF é essencial, na medida em que ambas as terminologias serão utilizadas de forma diferenciada ao longo do trabalho.

Segundo Jorge Miranda, por DF entende-se “os direitos das peçoas perante o Estado e assentes na Constituição ou Lei Fundamental” (Miranda, 2020, p. 7). Outros autores consideram que a particularidade dos DF reside na sua categoria constitucional (Pieroth & Schlink, 2008).

Por outro lado, o conceito de DH é um conceito universal, que assenta na dignidade humana, conceito este protegido por normas internacionalmente aceites (Moreira & Gomes, 2012), ou seja, “as concepções atuais sobre direitos humanos realçam a dignidade como fundamento não só dos direitos humanos, como do próprio sistema jurídico” (Pes, 2009, p. 18). Os DH constituem-se como condição para uma vivência em sociedade assente na liberdade, igualdade e dignidade do ser humano, estando no centro do conceito de DH a vida, a dignidade humana e o seu caráter universal (Peterke, 2009).

---

<sup>10</sup> Adotados pela AGNU na sua resolução 43/173, de 9 dezembro de 1988.

<sup>11</sup> Princípio 1 do Conjunto de Princípios.

<sup>12</sup> Princípio 6 do Conjunto de Princípios.

Por conseguinte, no contexto do presente trabalho, o conceito adotado para DF é o preconizado por Jorge Miranda, contrariamente à expressão de DH, defendida por Vital Moreira e Carla Gomes.

A detenção encontra-se consagrada no n.º 3 do art.º 27.º da Constituição da República Portuguesa<sup>13</sup> (CRP), estando a sua finalidade esclarecida no art.º 254.º do Código de Processo Penal<sup>14</sup> (CPP), na medida em que o cidadão detido deverá ser presente a um juiz para o primeiro interrogatório judicial ou para aplicação de medida de coação, ou ser apresentado a julgamento sob a forma sumária, no prazo máximo de quarenta e oito horas, período este em que o cidadão detido está sob a responsabilidade de uma FS. A definição legal da detenção distingue-se entre flagrante delito e fora do flagrante delito, considerando-se flagrante delito “todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer”, nos termos do art.º 256.º do CPP. A detenção fora de flagrante delito “só pode ser efectuada por mandado do juiz ou, nos casos em que for admissível prisão preventiva, do Ministério Público” (art.º 257.º do CPP).

Na sua maioria, o DIDH prevê que todas as pessoas têm direito à liberdade, que ninguém será sujeito a detenção arbitrária e que ninguém pode ser privado da liberdade, exceto por motivos estabelecidos por lei<sup>15</sup>. No entanto, a CEDH é o único instrumento legal internacional que enumera, no seu art.º 5.º, os motivos que podem legalmente justificar uma privação de liberdade pelos Estados, designadamente na sua alínea c), a detenção de uma pessoa com o objetivo de apresentá-la perante a autoridade legal competente, por suspeita de ter cometido um crime, ou pela necessidade de evitar que cometa um crime ou fuja após tê-lo cometido (UN, 2003).

Resultante da detenção, coloca-se uma questão de âmbito jurídico sobre esta temática, em concreto, a importância de proteger os detidos e assegurar que os mesmos não estão sujeitos a maus-tratos, motivo pelo qual o conceito de tortura se reveste de especial pertinência, importando realçar o seu conceito na ordem jurídica internacional, bem como na nacional.

A tortura é um fenómeno antigo, remontando ao Direito Romano, onde a crueldade era legítima “na investigação de crimes graves quando nenhuma outra prova havia sido disponibilizada”, tendo sido introduzida na Idade Média como meio de obtenção de uma confissão (Esser, 2018, p. 52).

---

<sup>13</sup> Aprovada pelo Decreto de aprovação da Constituição, de 10 de abril de 1976.

<sup>14</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro.

<sup>15</sup> *Cfr.* art.º 9.º do PIDCP.

O conceito de tortura encontra-se juridicamente assente no art.º 1.º da CAT, definindo-se como:

[...] qualquer acto por meio do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa com os fins de, nomeadamente, obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissões, a punir por um acto que ela ou uma terceira pessoa cometeu ou se suspeita que tenha cometido, intimidar ou pressionar essa ou uma terceira pessoa, ou por qualquer outro motivo baseado numa forma de discriminação, desde que essa dor ou esses sofrimentos sejam infligidos por um agente público ou qualquer outra pessoa agindo a título oficial, a sua instigação ou com o seu consentimento expresso ou tácito. (Resolução 39/46, de 10 de dezembro, 1984)

A definição de tortura envolve, assim, três elementos essenciais: “(1) aplicação intencional de grande dor ou sofrimento físico ou psicológico, (2) com um propósito específico (3) por intermédio de uma instituição do Estado, ou sob as instruções de uma delas” (Esser, 2018, p. 56).

A nível nacional, a definição de tortura encontra-se prevista no art.º 243.º do Código Penal (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março), sendo um crime tipificado com muita abrangência e estando devidamente acautelado em termos constitucionais<sup>16</sup> e legais. O direito à integridade pessoal é considerado um direito de existência, “por da sua salvaguarda depender a própria existência da pessoa” (Miranda, 2020, p. 113).

O conceito de tortura tem evoluído, pela exigência crescente de atos que atualmente podem integrar o conceito, nomeadamente “o tratamento desumano tem de revestir um mínimo de gravidade” e “causar lesões físicas ou sofrimento psicológico” (CEu, 2015, p. 13), e “o tratamento degradante implica a humilhação ou a diminuição de alguém mais do que o sofrimento físico ou psicológico” (CEu, 2015, p. 14). Ao longo da investigação será adotado o conceito da CAT.

A concetualização da proibição da tortura no sistema internacional de proteção de DH encontra-se prevista no art.º 5.º da DUDH, tendo sido posteriormente reproduzida no art.º 7.º do PIDCP, representando uma codificação de uma norma de *jus cogens* ou direito internacional consuetudinário (Cullen, 2003, p. 3).

---

<sup>16</sup> N.º 2 do art.º 25.º da CRP (Direito à integridade pessoal).

O TEDH aplicou o conceito de tortura, pela primeira vez, no caso Irlanda c. Reino Unido<sup>17</sup>, num acórdão que assume importância significativa por duas razões: primeiro, introduz a noção de que é necessário um nível mínimo de severidade para que atos de maus-tratos se constituam como tortura; segundo, o TEDH diferenciou de forma mais distinta o significado de cada um dos termos contidos no art.º 3.º da CEDH (Cullen, 2003, p. 7, Acórdão de 10 de setembro, 2018).

Com a consolidação da jurisprudência do TEDH, “a expressão *tortura* passou a abranger maus-tratos graves, físicos ou psicológicos, aplicados propositadamente a uma pessoa, através dos quais esta deve ser colocada num estado prolongado de medo, bem como dor física ou psicológica” (Esser, 2018, p. 55), constituindo-se a tortura numa “forma agravada e deliberada de pena ou tratamento cruel, desumano ou degradante”, conforme n.º 2 do art.º 1.º da Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Resolução 3452 (XXX), de 9 de dezembro, 1975).

A proibição da tortura e dos tratamentos ou penas desumanos ou degradantes é frequentemente citada pelo TEDH como um dos DH mais absolutos e sagrados, ocupando um lugar de destaque em todos os instrumentos internacionais de proteção dos DH (Schaba, p. 164).

O conceito de prevenção da tortura pode assumir dois significados distintos, dependendo de quando ocorre a intervenção e da abordagem empregue: a prevenção direta (mitigação), visando prevenir a ocorrência de tortura, abordando as causas profundas que podem conduzir à tortura e aos maus-tratos, através da formação e monitorização regular dos locais de detenção; a prevenção indireta (dissuasão), ocorre quando uma situação de tortura e maus-tratos já aconteceram, tendo como objetivo evitar que tais situações voltem a repetir-se, por meio de processos e punições aos perpetradores e reparações às vítimas (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights [OHCHR], Association for the Prevention of Torture [APT] e Asia Pacific Forum [APF], 2010).

### **2.3. Metodologia e Método**

O presente TII, inserido no domínio das Ciências Militares, na área do Estudo das Crises e dos Conflitos Armados, na subárea do Direito Internacional Público<sup>18</sup>, sustenta a sua abordagem metodológica na publicação do Instituto Universitário Militar (IUM),

---

<sup>17</sup> Queixa n.º 5310/71, de 16 de dezembro (decisão do TEDH revista).

<sup>18</sup> Cfr. Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro.

intitulada “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação”, de janeiro de 2019, refletindo-se o seu percurso no modelo de análise consolidado no Apêndice A.

Desta forma, tendo como desiderato a resposta à QC, o estudo a desenvolver baseia-se no raciocínio dedutivo, “partindo da teoria em busca de uma verdade particular” (Santos & Lima, 2019, p. 19), ancorado numa estratégia de investigação qualitativa, visando ser interpretada como uma estratégia de pesquisa que geralmente enfatiza as palavras ao invés da quantificação na colheita e análise de dados (Bryman, 2012), considerando que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...] que não pode ser traduzido em números” (Vilelas, 2017, p. 163).

Para a recolha de dados, recorreu-se à análise documental, especialmente legislação e relatórios, bem como a entrevistas semiestruturadas para a recolha de perceções e opiniões, “onde o entrevistado tem a possibilidade de relatar as suas experiências e vivências sobre o tema proposto” (Vilelas, 2017, p. 307), consubstanciando-se na análise interpretativa dos resultados, em que “o investigador procura padrões e relações supostas do fenómeno analisado (Santos & Lima, 2019, p. 117).

No que respeita ao desenho de pesquisa, o estudo em apreço afigura-se como um estudo de caso, permitindo a recolha de informação detalhada sobre os mecanismos de prevenção da tortura, de cidadãos detidos, no contexto das FS (Santos & Lima, 2019, p. 36).

Quanto à seleção dos especialistas, a entrevista pretende alcançar os responsáveis pela monitorização da prevenção da tortura de cidadãos detidos pelas FS, bem como peritos na temática dos DH, nomeadamente: Provedor de Justiça (PdJ), Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), Ex-Juizes do TEDH, professores universitários, GNR e PSP.

### **3. O sistema europeu de proteção dos Direitos Humanos: o Conselho da Europa**

Já em 1946, Wiston Churchill idealizava uma espécie de Estados Unidos da Europa (Churchill Society, 2021), esforços que, em 1949, culminaram na assinatura do Estatuto do CEu, em Londres, visando este órgão promover os DH, bem como a sua defesa e garantia, no quadro europeu (Barreto, 1995). Fundado em 5 de maio de 1949, embora o Estatuto do CEu não deixe dúvidas sobre um compromisso com os DH, o mesmo não oferece uma visão real sobre o assunto (Schabas, 2015, p. 3). Ademais, a legislação na área dos DH foi evoluindo progressivamente, alcançando o marco na Europa, com a assinatura da CEDH<sup>19</sup> (CEu, 1950), em 4 de novembro de 1950, em Roma, estabelecendo direitos absolutos que nunca podem ser violados pelos Estados, como o direito à vida ou a proibição da tortura. Não sendo o único tratado internacional de DH no mundo contemporâneo, é o único a oferecer o que é amplamente considerado como o processo judicial transnacional mais eficaz para queixas apresentadas por indivíduos e organizações contra os seus próprios governos (Greer, 2006).

Os seis protocolos que estabelecem novos direitos dentro do sistema da CEDH são de natureza adicional, pois requerem a ratificação dos Estados que já são partes da Convenção (Schabas, 2015, p. 11).

O Protocolo 1, prevê o respeito pelos bens das pessoas, o direito à educação e eleições livres; o Protocolo 4 prevê o direito à proibição da prisão por dívidas, o direito à liberdade de movimento, a proibição da expulsão de nacionais do Estado a que pertencem e a proibição de expulsão coletiva de estrangeiros; com o Protocolo 6 é abolida a pena de morte, exceto em tempo de guerra; o Protocolo 7 contém salvaguardas processuais relativas à expulsão de estrangeiros, o direito de recurso em processos criminais, o direito à indemnização em caso de erro judiciário, o direito a não ser julgado ou punido mais de uma vez no mesmo Estado, pela mesma infração, e a igualdade de direitos dos cônjuges; o Protocolo 12 proíbe a discriminação em relação a qualquer direito previsto na lei, em contraste com o art.º 14.º, que proíbe a discriminação apenas no que diz respeito aos direitos da CEDH; e o Protocolo 13 proíbe a pena de morte, mesmo em tempo de guerra (Greer, 2006, p. 22; CEu, 1950).

A CEDH assume especial importância porque instituiu o TEDH<sup>20</sup>, com a missão de fiscalizar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados no âmbito da CEDH, e porquanto os cidadãos podem recorrer a este organismo, interpondo ações contra os

---

<sup>19</sup> Assinada em Roma, em 4 de novembro 1950, entrando em vigor em 3 de setembro de 1953.

<sup>20</sup> *Cfr.* art.º 19.º da CEDH.

Estados, como último recurso quando estes tenham sido desconsiderados (European Court of Human Rights [ECHR], 2020).

Considerando a necessidade e a urgência de reestruturar o mecanismo de controlo instituído pela CEDH, a fim de se reforçar a eficácia da proteção dos DH previstos na CEDH, foi assinado o Protocolo 11 (Resolução da Assembleia da República [RAR] n.º 21/97, de 03 de maio), conferindo o art.º 33.º da CEDH ao TEDH jurisdição obrigatória sobre casos interestaduais entre qualquer Estado-Membro (Greer, 2006).

Embora a CEDH seja, claramente, o instrumento de DH mais importante adotado no CEu, outros instrumentos foram criados, com particular relevância para o presente trabalho, o CPT, com vista à melhoria do controlo das condições de pessoas detidas (CEu, 1987).

### **3.1. A proibição da tortura de cidadãos detidos, à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**

O TEDH desempenha um papel fundamental quando a reparação da violação dos DF ao nível estatal se mostre manifestamente insuficiente, funcionando como último recurso para o cidadão. Por esse motivo, existe uma vinculação jurídica, por parte dos Estados, na aplicação da CEDH em conformidade com a jurisprudência mais recente do TEDH, na medida em que a interpretação da CEDH feita pelos acórdãos do TEDH, deve ser entendida como parte integrante da CEDH (Barreto, 2018).

Após análise da jurisprudência do TEDH, relativamente às graves violações de DH consagrados na CEDH, de situações que enquadram a violação de DH, no decurso da atuação policial aquando da detenção, constata-se que os maus-tratos aos cidadãos se constituem como um fenómeno que, enquanto resultado da ação policial, potencia ainda mais a violência.

Os acórdãos do TEDH ilustram situações passíveis de ocorrerem em Portugal. Por exemplo, o acórdão do TEDH de 12/02/2020, do caso de *A. c. Rússia*<sup>21</sup>, é demonstrativo de que, na maioria das vezes, as FS assumem responsabilidades na prossecução da atividade policial, conduzindo posteriormente a situações de violação dos DF. Neste caso, o TEDH considerou a violação do art.º 3.º, visto que as autoridades não impediram os maus-tratos à requerente que, na altura dos factos, tinha apenas nove anos de idade. A requerente encontrava-se com o seu pai, tendo o mesmo sido detido e agredido pelos elementos policiais, na sua presença, consequentemente ficando afetada psicologicamente e tendo necessitado de acompanhamento numa clínica psiquiátrica. O TEDH considerou que o

---

<sup>21</sup> Queixa n.º 37735/09, de 14 de abril.

planeamento da operação policial não teve em consideração a proteção da criança, considerada pessoa vulnerável ao abrigo da lei, e que não foi realizada uma investigação eficaz a respeito da queixa da requerente.

Outras situações podem ocorrer, como a demonstração de comportamentos homofóbicos por parte das FS. No caso de *Aghdgomelashvili e Japaridze c. Geórgia*<sup>22</sup>, o TEDH, através do acórdão de 8/10/2020, considerou terem sido violados os art.º 3.º e 14.<sup>º</sup><sup>23</sup>, pois, no âmbito da realização de uma busca a uma Organização Não Governamental (ONG) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros (LGBT), os elementos policiais adotaram comportamentos homofóbicos e recorreram a um discurso de ódio, tendo rebaixado as requerentes e respetivas colegas, pela forma abusiva como foram realizadas as revistas.

Também o uso da força excessivo ou injustificado, praticado pelas FS, provoca danos nos cidadãos detidos. No caso de *Gremina v. Rússia*<sup>24</sup>, a requerente, com 70 anos de idade na altura dos factos, decidiu participar numa manifestação, tendo-lhe sido solicitado, por diversas vezes, pelas FS, que entrasse num autocarro, atendendo a que a manifestação só seria acessível do outro lado da praça. A requerente, recusando-se a acatar as ordens, foi levada para uma viatura policial, por três elementos policiais, tendo sido atingida nas costas enquanto entrava no carro. No posto policial, a requerente foi obrigada a ficar de pé, sem autorização para andar ou sentar. A pressão arterial da requerente subiu, ficando com dificuldades em respirar, tendo sido levada para um hospital. O TEDH considerou, através do acórdão de 26/08/2020, que houve violação do art.º 3.º, pelo uso da força injustificado, provocando danos na saúde da requerente. Também o art.º 3.º foi violado, no aspeto processual, porque não foi efetuada uma investigação eficaz sobre a queixa da requerente, nomeadamente pela não identificação dos elementos policiais envolvidos.

No caso de *Erdogan Yagiz c. Turquia*<sup>25</sup>, o requerente queixou-se que os elementos policiais o sujeitaram a um tratamento humilhante durante a sua detenção, tendo sido exposto perante os colegas, bem como diante dos familiares e vizinhos, quando o levaram a sua casa, ainda algemado. Apesar do TEDH considerar que uma algemagem de um cidadão não se constituiu como uma violação à CEDH, o facto de o requerente estar algemado perante aquelas pessoas, e após ter implorado que não fosse exposto ao público, o TEDH concluiu

---

<sup>22</sup> Queixa n.º 7224/11, de 25 de janeiro.

<sup>23</sup> Proibição de discriminação.

<sup>24</sup> Queixa n.º 17054/08, de 24 de dezembro de 2007.

<sup>25</sup> Acórdão de 6/3/2007, do TEDH, relativo à queixa n.º 27473/02, de 22 de junho.



que houve uma intenção deliberada de humilhar, rebaixar e causar sentimento de inferioridade à vítima. O TEDH, inferiu ainda, que não se justificava a algemagem do requerente, pelo seu comportamento não agressivo, constituindo-se um tratamento degradante em violação do art.º 3.º da CEDH.

Não obstante não se verificar na Figura 1 nenhuma condenação de Portugal, conforme Anexo A, e apesar de não se enquadrarem na delimitação do presente estudo, existem dois casos em que Portugal foi condenado com fundamento no art. 3.º da CEDH: o caso de Petrescu c. Portugal<sup>26</sup> e o caso de Badulescu c. Portugal<sup>27</sup> (P. P. Albuquerque, entrevista por telemóvel, 12 de abril de 2021), pelas condições de detenção nos Estabelecimentos Prisionais da Polícia Judiciária, em Lisboa, e de Pinheiro da Cruz, e pelas condições de detenção no Estabelecimento Prisional do Porto, respetivamente.

Constata-se que, pela análise dos diferentes casos apresentados, e que mereceram a condenação pelo TEDH, os maus-tratos observados nas FS são um fenómeno passível de ocorrer em qualquer um dos países da Europa, onde Portugal se inclui.

O TEDH considera que a proibição dos atos de tortura praticados por agentes do Estado seria ineficaz, na prática, se não existisse nenhum procedimento para a investigação de alegações de maus-tratos de cidadãos detidos por estes, exigindo o art. 3.º que haja uma investigação eficaz perante uma situação de violação deste art.º (ECHR, 2021).

### **3.2. Os contributos do Comité para a Prevenção da Tortura na melhoria das condições de cidadãos detidos**

Instituído pelo art.º 1.º da Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradantes, o CPT tem como finalidade examinar “o modo como são tratadas as pessoas privadas da liberdade, com vista a reforçar, caso seja necessário, a sua proteção contra a tortura e as penas ou tratamentos desumanos ou degradantes” (RAR n.º 3/90, de 30 de janeiro).

Nas últimas visitas realizadas a Portugal, o CPT relatou diversas situações de agressão, de cidadãos detidos, por parte de elementos das FS, destacando-se a agressão por parte de um militar da GNR, ocorrida em 2011, tendo o referido militar utilizado uma arma branca para a prática de atos de ofensa à integridade física, bem como vários golpes com recurso a bastão. Neste relatório, o CPT reforça a necessidade de serem melhorados os canais de comunicação e as responsabilidades no apuramento de denúncias de maus-tratos (CEu,

---

<sup>26</sup> Acórdão de 3/3/2020, do TEDH, relativo à queixa n.º 23190/17, de 2 de maio.

<sup>27</sup> Acórdão de 20/1/2021, do TEDH, relativo à queixa n.º 33729/18, de 7 de julho.

2013). Não obstante, o CPT reconhecer que a detenção de um suspeito é uma ação perigosa e que poderá implicar ferimentos, sem que seja resultado de uma intenção, o uso da força deve ser o estritamente necessário para efetuar a detenção, recomendando que as autoridades portuguesas promovam ativamente uma mensagem clara e firme de tolerância zero para os maus-tratos às pessoas privadas de liberdade, quer ao nível das FS, bem como na dimensão política, através de formação adequada (CEu, 2018). Da última visita, destaca-se o caso da agressão a Cláudia Simões por um agente da PSP, em 2020, situação mediática publicitada pelos Órgãos de Comunicação Social (OCS), tendo o Estado português sido questionado sobre as medidas adotadas para erradicar as ações racistas dentro das FS, recomendando ao MAI e às FS o desenvolvimento de esforços no sentido de se promover uma mudança cultural dentro das FS (CEu, 2020).

Das respostas do Estado português remetidas ao CPT, destaca-se a pertinência da recomendação na criação de um despacho conjunto entre o Ministério da Justiça (MJ) e o MAI, para promover a partilha de informação relativa a maus-tratos de cidadãos detidos pelas FS (CEu, 2013b).

Tem sido, também, uma preocupação urgente e diária da IGAI, o reforço dos seus recursos humanos, para fazer face à complexidade dos processos a investigar. Realça-se a determinação do MAI às FS, de dar conhecimento imediato ao MAI e à IGAI, quando se verifique a violação de bens pessoais, “designadamente a morte ou ofensas corporais graves ou da existência de indícios de grave abuso de autoridade ou lesão de elevados valores patrimoniais” (Despacho n.º 10529/2013, de 13 de agosto; CEu, 2018b).

Na última resposta ao CPT, é de realçar a iniciativa desenvolvida pelo MAI, em junho de 2020, resultando na apresentação do Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança (PPMD), no corrente ano. Quanto à utilização das *bodycams*, apesar de se constituir numa ambição das FS, esta última medida não se encontra legalmente abrangida, acarretando várias restrições quanto à proteção de dados, havendo necessidade de se aprovar legislação que garanta que esta tecnologia possa ser utilizada em pleno respeito pelos DF dos cidadãos (CEu, 2020b). Neste relatório, foram apresentadas as tabelas remuneratórias da GNR e da PSP, uma vez que o CPT considera que uma remuneração adequada atrai melhores candidatos às FS, contribuindo igualmente para a sua retenção (CPT, 2019, p. 32).

A estratégia adotada nas normas e iniciativas do CEu nos casos da detenção em instalações de FS, envolve tanto uma ênfase preventiva como a ameaça de condenação internacional, onde o CPT atribui um forte destaque ao recrutamento, à formação dos

elementos e a provisão de condições de detenção adequadas, sob pena de o TEDH considerar que essas condições possam violar o preceituado no art.º 3.º (Murdoch, 2006).

Hoje em dia, quando a proibição da tortura e outras formas de maus-tratos é questionada como parte de uma tentativa de desafiar os DH e a democracia, o papel do CPT é mais importante do que nunca (CPT, 2020, p. 5).

No 28.º relatório anual do CPT, o seu presidente, Mykola Gnatovskyy, referiu que este organismo está bem ciente das questões delicadas que possam ser levantadas, junto dos Estados, em particular quando se refere ao tratamento de cidadãos detidos sob a responsabilidade das FS, atribuindo-se primazia ao diálogo, ao entendimento mútuo e à forte cooperação na abordagem aos assuntos (CPT, 2019, p. 6).

Mykola Gnatovskyy relembra que a proibição da tortura e de outras formas de maus-tratos continua a ser uma obrigação fundamental de todos os Estados-Membros do CEu e que o cumprimento dessa obrigação só pode ser alcançado por meio de uma ação preventiva eficaz e plena cooperação com o CPT e outros órgãos relevantes do CEu (CPT, 2019, p. 7).

Concomitantemente, num capítulo dedicado a reflexões sobre boas práticas e abordagens emergentes à prevenção da tortura pelas FS, o CPT relata que há vários países europeus que já percorreram um longo caminho para superar os maus-tratos por elementos policiais, referindo-se a uma mudança na cultura policial enquanto principal fator. Acrescenta que a mudança de mentalidades começa com processos de recrutamento competitivos e rigorosos, ao mesmo tempo garantindo que a composição das FS reflete a diversidade da população (CPT, 2019, p. 31).

No entendimento do CPT, um policiamento profissional anda de mãos dadas com uma formação adequada, sobre o uso da força em conformidade com os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade, assim como de uma formação inicial e contínua apropriadas. Além disso, nenhuma mudança significativa pode ser esperada sem uma forte liderança, garantindo a supervisão escrupulosa da observância das salvaguardas processuais e transmitindo mensagens firmes e inequívocas de tolerância zero para os maus-tratos pelos elementos das FS, em paralelo com mecanismos de monitorização eficazes, como os MNP (CPT, 2019, p. 32).

### **3.3. Síntese conclusiva**

O presente capítulo demonstra as capacidades dos mecanismos do CEu na garantia dos DF de cidadãos detidos, destacando-se o papel do TEDH e do CPT na prevenção da tortura.

Apesar de Portugal nunca ter sido condenado pela violação do art.º 3.º da CEDH, no contexto de cidadãos detidos pelas FS, a jurisprudência emanada pelo TEDH reflete



situações de ofensas aos direitos de cidadãos detidos, nomeadamente os maus-tratos durante a atividade policial.

De igual forma, o trabalho desenvolvido pelo CPT assume relevância primordial no âmbito da prevenção da tortura, obrigando os Estados a dar uma maior ênfase às medidas recomendadas pelo CPT, designadamente na adoção de processos de recrutamento exigentes, numa formação policial sólida, a devida remuneração e o estabelecimento de mecanismos de alerta eficazes, considerando-se, desta forma, respondida a QD1.

#### **4. Mecanismos de prevenção da tortura em Portugal**

O sistema de proteção dos DF, na ordem jurídica portuguesa, encontra-se consagrado na CRP, bem como resultam da ratificação dos instrumentos internacionais de proteção dos DH.

Portugal, enquanto Estado de direito democrático, baseado na dignidade da pessoa humana<sup>28</sup> e no respeito e na garantia da efetivação dos direitos e liberdades fundamentais<sup>29</sup>, tem a responsabilidade de proteger e promover os DF dos cidadãos, através dos seus funcionários públicos, onde se enquadram as FS.

Os DF são considerados como a base do Estado de direito e também como uma das suas consequências (Rouhi et al., 2016), inferindo-se que “ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos”<sup>30</sup> (CRP, 1976). A receção do direito internacional no direito português processa-se em conformidade com o art.º 8.º da CRP, obedecendo a três requisitos: a ratificação das convenções, a sua publicação em Diário da República e que as normas das convenções já vinculem internacionalmente o Estado português (Gouveia, 2003). A CEDH passou a vincular o Estado português na ordem jurídica interna em 1978<sup>31</sup>, concedendo aos cidadãos o acesso direto a mecanismos internacionais de proteção dos DH.

Seguidamente, serão caracterizados os principais mecanismos de monitorização, responsáveis pela prevenção da tortura nas FS.

##### **4.1. Provedor de Justiça – Mecanismo Nacional de Prevenção**

O PdJ<sup>32</sup>, inserido constitucionalmente na Parte I dos DF, “é essencialmente um órgão de garantia dos direitos fundamentais”, constituindo-se como um “instrumento privilegiado de defesa dos direitos fundamentais” (Canotilho & Moreira, 2014, p. 440). O PdJ, assumido como órgão do Estado, mas também como pessoa, não se pode alienar da concretude da vida, pois só imerso nela poderá ouvir as manifestações de descontentamento e compreender as suas razões, confiando-lhe, a comunidade, a missão principal de defender a justiça e a legalidade (Costa, 2015).

Em 2013, o PdJ passou a acumular outras competências, tendo sido designado como MNP<sup>33</sup>, para a prevenção da tortura, nos termos do Protocolo Facultativo à Convenção

---

<sup>28</sup> Cfr. art.º 1.º CRP.

<sup>29</sup> Cfr. art.º 2.º CRP.

<sup>30</sup> Cfr. n.º 2 do art.º 25.º.

<sup>31</sup> Cfr. Lei n.º 65/78 de 13 de outubro.

<sup>32</sup> Art.º 23.º da CRP.

<sup>33</sup> Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 32/2013, de 20 de maio.

Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (PFCAT), adotado pela AGNU, em 18 de dezembro de 2002, ratificado em Portugal em 2012<sup>34</sup>, tendo em vista a realização de visitas regulares aos locais de detenção das pessoas privadas da liberdade (Quadro 1), para prevenção da tortura<sup>35</sup>.

Quadro 1 – Visitas do MNP às instalações das FS

Ano	Total de visitas	GNR	PSP	Outros estabelecimentos	Recomendações (Rec.)
2014	19	3	5	11	-----
2015	50	7	9		Rec. n.º 2/2015 (PSP)
2016	53	11	11	31	-----
2017	23	1	5	17	Rec. n.º 2/2017 (MAI/PSP) Rec. n.º 4/2017 (MAI/GNR) Rec. n.º 8/2017 (PSP) Rec. n.º 11/2017 (MAI/PSP) Rec. n.º 15/2017 (PSP) Rec. n.º 16/2017 (PSP)
2018	42	1	3	38	-----
2019	44	1	3	40	-----

Fonte: Adaptado a partir de Relatórios do MNP à Assembleia da República (2015, 2016, 2017, 2018a, 2018b, 2019).

Em boa verdade, Portugal assumiu um compromisso junto do sistema internacional de proteção dos DH, tendo sido criados mecanismos nacionais com vista à monitorização e prevenção das violações dos DF de cidadãos detidos, no contexto das FS, e apesar de já terem sido dados passos largos para uma desejável supervisão intensiva, destaca-se o último relatório apresentado pelo MNP à Assembleia da República, de onde se pode extrair que “muito particularmente, faltou ainda, este ano, uma estratégia sistemática de acompanhamento dos locais de detenção a cargo das forças policiais”, alegando-se a dificuldade de efetuar supervisão intensiva nas dependências das FS em razão da escassez de meios para o efeito (MNP, 2019, p. 7).

Naquele que foi o primeiro relatório promovido pelo MNP, desde a sua implementação, foram realizadas nove visitas a instalações das FS, salientando-se a *Pre-meeting for National Preventive Mechanisms on the Prevention of Torture*, decorrida em abril, na Áustria, para os MNP da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em que “o principal objetivo da reunião foi a aprovação de um conjunto de recomendações sobre formas de prevenir a tortura e os maus-tratos na atuação e na detenção policiais”, tendo sido ponto de agenda a atuação policial na prevenção da tortura, abordando-se a questão da formação policial (MNP, 2015, p. 34).

Em 2015, as visitas realizadas aos locais de detenção das FS aumentaram em metade, relativamente a 2014, num total de 16 visitas, tendo sido endereçada uma recomendação ao

<sup>34</sup> Decreto do Presidente da República n.º 167/2012, de 13 de dezembro.

<sup>35</sup> *Cfr.* Alínea a) do art.º 19.º do PFCAT.

Comandante do Comando Regional da Região Autónoma da Madeira da PSP, no sentido de se aperfeiçoarem as condições de detenção existentes naquele Comando (MNP, 2016, p. 87). No ano de 2016, foram estabelecidos contactos juntos das FS no sentido de se promover o trabalho realizado pelo MNP (MNP, 2017, p. 125). O ano de 2017 ficou marcado pela emissão de seis recomendações às FS, em especial no que diz respeito à melhoria dos espaços e às condições de detenção. Neste ano, deu-se início à formalização de palestras pelo MNP, tendo sido concretizadas duas ações na GNR (MNP, 2018a). O ano de 2018 ficou marcado pela adoção de uma estratégia de atuação diferente por parte do MNP, quanto aos locais de detenção das FS, em especial pela frequente ausência de detidos nos mesmos, reconhecendo-se “que é no momento de detenção que mais risco haverá para a tortura e os maus-tratos durante a privação de liberdade associada à atuação das polícias” (MNP, 2018b, p. 160), mantendo-se, no entanto, o MNP a par das problemáticas relacionadas com as FS.

#### 4.2. Inspeção-Geral da Administração Interna

Para além das atribuições do Ministério Público<sup>36</sup> (MP), órgão do poder judicial, com o intuito de se estabelecer um mecanismo operacional de controlo e fiscalização da atuação das FS, que em algumas situações podem conflitar com os DF dos cidadãos, em 1995 foi instituída a IGAI (Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de setembro), responsável, entre outras atribuições, por “averiguar todas as notícias de violação grave dos direitos fundamentais de cidadãos, por parte das forças e serviços de segurança, ou seus agentes, que cheguem ao seu conhecimento”, nos termos da alínea a) do art.º 2.º (Decreto-Lei n.º 22/2021, de 15 de março).

O Quadro 2 representa um resumo das ocorrências comunicadas à IGAI, entre 2013 e 2019, indicando-se a tipologia de situações que poderão enquadrar-se numa violação do art.º 3.º da CEDH.

**Quadro 2 – Ocorrências comunicadas à IGAI, contra elementos das FS (2013-2019)**

TIPO	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	GNR	PSP	GNR	PSP	GNR	PSP	GNR	PSP	GNR	PSP	GNR	PSP	GNR	PSP
Ferimento e/ou ameaça com arma de fogo	3	2	1	1	0	1	0	7	0	0	1	5	0	0
Ofensas à integridade física (agressões/maus tratos)	83	203	82	165	81	164	82	170	83	177	73	172	80	227
Práticas discriminatórias	0	2	0	1	0	0	1	1	0	5	0	6	3	8
<b>SUB-TOTAL</b>	86	207	83	167	81	165	83	178	83	182	74	183	83	285
<b>TOTAL</b>	293		250		246		261		265		257		368	

Fonte: Adaptado a partir de Relatórios de Atividades da IGAI (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020).

<sup>36</sup> Art.º 219.º CRP.

Nos últimos anos, a IGAI tem desenvolvido esforços e implementado práticas no sentido de garantir as condições adequadas dos cidadãos detidos pelas FS. Aquando da detenção de suspeitos da prática de um crime, a IGAI tem vindo a reforçar as práticas processuais e respetiva documentação inerentes ao detido, até à sua entrega ao MP, de modo a evitar situações que coloquem em causa os DF do cidadão detido (Recomendação-IG-2/2014).

Foi, também, instituído um mecanismo de controlo da ação policial, através da formalização de uma comunicação por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais à IGAI e à Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, numa colaboração entre o MAI e Ministério da Justiça (MJ), pretendendo-se identificar cidadãos detidos que apresentem lesões e/ou aleguem ter sido vítimas de ofensas à integridade física, estando à responsabilidade das FS (Despacho n.º 11838/2016, de 4 de outubro).

#### **4.3. Forças de Segurança**

Por toda a Europa, as práticas de tortura por parte das FS, aplicadas em diversas circunstâncias, designadamente o uso da força excessivo durante a detenção e os maus-tratos aquando do transporte para as instalações das FS, no período em que se encontram à responsabilidade das mesmas, são condutas identificadas pelo CPT (Kozma & Rachlew, 2018).

O Professor Rui Pereira salienta que a polícia usa a força em nome do Estado, sendo por isso evidente que seja a polícia a exagerar no uso da força, devendo este exagero ser prevenido através de métodos conjugados (entrevista por videoconferência, 01 de abril de 2021).

Ora, os elementos policiais, enquanto funcionários do Estado, exercendo poderes em seu nome, devem pautar a sua conduta segundo os princípios da necessidade e da proporcionalidade aquando do uso da força, por forma a garantir a proteção dos DF de cidadãos detidos. Assim, as FS devem obedecer à lei, exercendo os poderes segundo o princípio da legalidade, não os excedendo (Crawshaw, 2018), mesmo porque a proteção dos DF não se esgota na individualidade do cidadão detido, decorrendo o processo penal segundo os princípios do Estado de direito (Valente, 2014, p. 209).

Ao abrigo do art.º 2.º do Código de Conduta para os Funcionários responsáveis pela aplicação da Lei, os elementos das FS têm o dever de respeitar e proteger a dignidade humana e de defender os DH de todas as pessoas, estando vinculados à proibição da tortura no seu art.º 5.º (Resolução 34/169, de 17 de dezembro, 1979).



A conduta dos elementos da GNR e da PSP rege-se pelo Código Deontológico do Serviço Policial<sup>37</sup> (CDSP), e no respeito pela CRP, pela DUDH, pela CEDH, pela legalidade comunitária e pelas convenções internacionais, bem como o respeito pela dignidade humana e dos DF dos cidadãos, não devendo infligir atos cruéis, desumanos ou degradantes<sup>38</sup>, no âmbito do exercício das funções policiais.

Recorde-se que, apesar de serem instituições com culturas organizacionais distintas, a GNR e a PSP caracterizam-se pela hierarquização das suas estruturas, sendo fundamental a ação de comando na promoção de ações de formação aos escalões subordinados, sobre a prevenção da tortura, bem como contribuir para que os maus-tratos de cidadãos detidos seja uma prática erradicada.

Hoje, como se vê, no âmbito das estratégias delineadas pelas FS, é patente a promoção de uma cultura institucional assente na salvaguarda e proteção dos DF dos cidadãos, cultivando-se uma atuação policial que privilegie a integridade da vida humana (PSP, GNR, 2020).

O respeito pela integridade física e psíquica e dignidade das pessoas sob a responsabilidade das FS, encontra-se igualmente prevista nas leis estatutárias de ambas as FS, enfatizando os deveres dos seus elementos, precisamente no n.º 2 do art.º 16.º do Estatuto dos Militares das GNR (Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março), e na alínea a) do art.º 13.º do Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da PSP (Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro).

No atinente às condições de detenção nos estabelecimentos das FS, o cidadão detido deve ser tratado com respeito da sua dignidade, devendo beneficiar de um tratamento adequado à sua condição, sendo responsabilidade dos elementos das FS que testemunhem atos de violência ou de tratamentos desumanos ou degradantes, a participação imediata ao superior hierárquico, nos termos do art.º 11.º e 24.º do Despacho n.º 5863/2015, de 2 de junho, bem como à IGAI, no menor prazo de tempo possível.

A relação de proximidade entre as FS e a IGAI é estabelecida através dos órgãos de inspeção das FS, a Inspeção da Guarda<sup>39</sup> e a Inspeção Nacional<sup>40</sup>. As Inspeções das FS visam realizar ações inspetivas e exercer o controlo interno em diversos domínios, onde se inclui a atividade operacional e a qualidade do serviço prestado ao cidadão.

---

<sup>37</sup> RCM n.º 37/2002, de 28 de fevereiro.

<sup>38</sup> Cfr. n.º 3 do art.º 2.º e art.º 3.º do CDSP.

<sup>39</sup> Art.º 27.º da Lei Orgânica da GNR.

<sup>40</sup> Art.º 25.º da Lei Orgânica da PSP.

Interessa, por conseguinte, abordar a formação inicial dos elementos das FS, pela verificação da sua importância para a aquisição de conhecimentos inerentes à temática em estudo. Apesar de uma grande diversidade de formação de especialização adquirida nas FS, no Quadro 3 apresenta-se um resumo da formação em DH na formação inicial das FS:

**Quadro 3 – N.º de horas de DH na formação inicial das FS**

<b>GNR</b>	<b>PSP</b>
Formação de Oficiais na Academia Militar (150 horas)	Curso de Formação de Oficiais de Polícia (75 horas)
Curso de Formação de Sargentos – DF e Igualdade de Género (20 horas)	Curso de Formação de Chefes – DF e Cidadania (15 horas)
Curso de Formação de Guardas – DH e DF (25 horas)	Curso de Formação de Agentes – DF e Cidadania (30 horas)

Fonte: Adaptado a partir de IGAI (2021).

Neste âmbito, é reconhecida pelo Professor Doutor José Fontes a importância que os estabelecimentos de ensino assumem na “sólida formação neste domínio, mas sobretudo no fomento de uma verdadeira cultura de Direitos Humanos” (2018, p. 63), pois “implementar uma cultura de Direitos Humanos é muito mais exigente do que desenhar um muito cauteloso programa de formação” (2018, p. 68).

Quanto à formação contínua, o Comandante-Geral da GNR está ciente da sua importância, devendo ser ponderada com seriedade “também esta matéria em complemento da instrução técnico-profissional, a maior parte das vezes sobre modos de atuação operacional, as ações táticas e a legislação policial” (R. M. C. Clero, entrevista por *email*, 15 de abril de 2021), demonstrando-se, desta forma, uma carência de formação nesta temática aos elementos das FS.

Na perspetiva da PSP, se há 20 anos atrás a aposta passava por uma formação jurídica mais profunda, atualmente a instituição aposta numa formação orientada para as ciências comportamentais, com recurso a psicólogos e psiquiatras, pois mais importante do que conhecer a legislação, é a capacidade de saber gerir emoções, quer dos seus agentes, quer dos cidadãos (H. Guinote, entrevista por videoconferência, 30 de março de 2021).

#### **4.4. Síntese conclusiva**

Quanto aos mecanismos de monitorização de prevenção da tortura instituídos nas FS, para além dos mecanismos legais nacionais, como a CRP e o CDSP, destacam-se primeiramente, o PdJ, no papel do MNP, e da IGAI, enquanto entidades externas de prevenção da tortura e de controlo da atividade policial e de violações graves de DF, no âmbito da ação policial.

A nível interno, também as FS promovem os seus mecanismos de controlo, destacando-se o alinhamento das estratégias institucionais com o respeito pelos DH, as leis

estatutárias e a existência de mecanismos de inspeção na orgânica das FS, não se descurando o importante fator da cadeia de comando, enquanto estruturas hierarquizadas que as caracterizam e fundamental na garantia dos DF dos cidadãos.

Também a *tutela* exerce um contributo relevante na adoção de medidas para a melhoria do funcionamento do serviço policial, face a cidadãos detidos, conducentes a uma comunicação mais célere de maus-tratos de cidadãos detidos à IGAI.

Por fim, a formação estabelece um vínculo fundamental entre a instituição e seus elementos, sensibilizando os mesmos para a interiorização contínua dos valores do Estado de direito e do respeito pelos DH dos cidadãos, no geral, e DF de cidadãos detidos, em particular, ficando, desta forma, respondida a QD2.

## 5. Contributos para a melhoria da prevenção da tortura de cidadãos detidos

No âmbito da abordagem metodológica adotada na presente investigação, baseada na realização de entrevistas semiestruturadas às entidades responsáveis pelos mecanismos de prevenção da tortura nacionais, no contexto das FS, ou a peritos na temática dos DH, foram realizadas todas as entrevistas solicitadas, em conformidade com o Quadro 4:

Quadro 4 – Identificação dos Entrevistados

Código da entrevista	Entrevistado	Entidade	Função	Data da entrevista
E1	João Costa	MNP	Especialista de Gabinete	26/03/2021
E2	Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote	PSP	Chefe da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade do Departamento de Operações da PSP	30/03/2021
E3	Margarida Blasco	Ex-IGAI (2012-2019)	Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça	30/03/2021
E4	Rui Carlos Pereira	Ex-MAI (XVII e XVIII Governos)	Professor catedrático convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	01/04/2021
E5	Juíza Desembargadora Anabela Leitão Cabral Ferreira	IGAI	Inspetora-Geral da Administração Interna	09/04/2021
E6	Paulo Pinto de Albuquerque	Ex-Juiz no TEDH	Professor catedrático na Universidade Católica Portuguesa	12/04/2021
E7	Tenente-General Rui Manuel Carlos Clero	GNR	General Comandante-Geral da GNR	15/04/2021

O presente capítulo tem como desiderato apresentar os resultados das entrevistas, realizadas com base no guião exposto no Apêndice B, pretendendo-se acrescentar valor quanto às melhorias que poderão ser implementadas no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos pelas FS, assim como dar resposta à QD3, com base nas opiniões/perceções dos entrevistados, complementando-se, de igual forma, o quadro teórico apresentado nos capítulos anteriores.

### 5.1. Análise das entrevistas

A análise das entrevistas é realizada com recurso aos excertos dos especialistas, transcritos e disponibilizados no Apêndice D, complementada com os segmentos identificados no Apêndice C.

Na questão n.º 1, merece destaque o facto de os especialistas considerarem a formação como a melhor estratégia institucional a adotar, em que a atuação policial eficaz assenta na

formação antecipada dos elementos das FS, seguindo as melhores práticas internacionais. Essa formação deverá ser orientada para a cidadania e para o respeito dos DF, bem como para a aprendizagem de boas práticas. Não obstante não ter sido destacado por grande parte dos entrevistados, julga-se importante intensificar a proximidade FS-cidadãos, enquanto fator que possibilita uma maior visibilidade das FS perante a sociedade, reforçando a imagem institucional, em conformidade com a recomendação do CPT, no relatório publicado em 2020. Esta opinião é defendida por M. Blasco (entrevista por videoconferência, 30 de março de 2021), pois considera que a ligação cidadão-agente policial deve ser de proximidade, proporcionando uma maior visibilidade das FS.

Por fim, quase todos os especialistas identificaram a necessidade de melhoria dos critérios de recrutamento para as FS, que, segundo R. C. Pereira (*op. cit.*), deve constituir-se de elevada preocupação para as FS, pois é nesta fase que poderão ser despistadas situações patológicas que são muito perigosas e desaconselháveis ao exercício de funções nas FS.

Quando questionados sobre as melhorias a implementar no âmbito da formação (questão n.º 2), os especialistas foram unânimes em considerar que a formação dos elementos das FS não deve ser estática, devendo existir uma maior incidência de casos práticos que enquadrem a proibição da tortura, nomeadamente acórdãos do TEDH, bem como uma maior dinamização da formação contínua, devendo ser acautelada a atualização de matérias da temática DH, direcionada para a sensibilização das FS para a prevenção da tortura. Conforme referido por P. P. Albuquerque (*op. cit.*), “há sempre um acórdão que já tratou algum problema que possa surgir em Portugal, [...] encontrando-se, sempre, na jurisprudência do Tribunal, a solução para qualquer problema que possa surgir na prática portuguesa”, considerando que os problemas associados às detenções por parte de elementos policiais na Europa já foram alvo de análise por parte do TEDH. Para as FS melhor interiorizarem a proibição da tortura, é necessário que compreendam o seu alcance e “não apenas traçar o quadro teórico, mas falar de *leading cases*, ou incidentes policiais, para compreender bem quais são os limites de proibição de tortura” (R. C. Pereira, *op. cit.*), bem como “abordar não apenas as dimensões centrais do fenómeno que se pretende proscrever, mas também todas aquelas áreas que facilitam, promovem ou criam ambientes favoráveis ao surgimento de manifestações de tortura” (A. L. C. Ferreira, entrevista por *email*, 09 de abril de 2021).

Embora tenha sido relevado o incremento de palestrantes externos na formação dos elementos das FS, o Professor Rui Pereira chamou a atenção para o facto desses especialistas não terem a perceção do trabalho desenvolvido pelas FS e, por esse motivo, “corre-se o risco de haver um diálogo de surdos. É necessário que haja empatia de parte a parte para perceber

de que forma o ensino pode contribuir para o melhoramento da ação de polícia” (R. C. Pereira, *op. cit.*). Existe concordância nas FS sobre a necessidade de dar maior enfoque à formação comportamental dos seus elementos, pela importância que o controlo emocional assume perante situações de elevada tensão, em detrimento de uma formação técnico-jurídica (H. Guinote, *op. cit.*). As boas práticas adquirem-se através da formação, sendo fundamental reforçar e atualizar os conteúdos programáticos da formação de DH e DF, nos cursos promovidos pelas FS, assegurando uma maior incidência na área da prevenção da tortura, “que por si só obriga à modelagem do comportamento dos militares e do seu constante controlo emocional aquando da interação com o cidadão, designadamente perante pessoas detidas” (R. M. C. Clero, *op. cit.*).

No que diz respeito a alterações que possam ser introduzidas na legislação (questão n.º 3), os especialistas consideram a legislação internacional, europeia e nacional adequadas, no entanto, existe divergência de opiniões quanto à recolha de imagem nos locais de detenção das FS. Segundo P. P. Albuquerque, sendo a recolha de imagem uma medida importante para prevenir a tortura, de acordo com o CPT, o especialista concorda com esta medida europeia, pois apesar de outros valores importantes, os mesmos “devem ser ponderados em face do valor prevalecente que é o valor da integridade física dos detidos”, garantindo, também, a integridade das FS, “para que se possam dissipar quaisquer suspeitas e para que não haja acusações injuriosas em relação aos serviços que são absolutamente infundamentadas” (P. P. Albuquerque, *op. cit.*). Quanto à utilização de meios tecnológicos na atividade policial, nomeadamente as *bodycams*, medida apontada pelos especialistas, há quem considere que a mesma poderá afetar a ação policial, desviando a preocupação principal dos elementos das FS para a imagem.

Sobre o reforço da intervenção de entidades externas na fiscalização interna dos mecanismos de prevenção da tortura existentes nas FS (questão n.º 4), existe consentimento desta prática por parte dos especialistas, subsistindo “toda a vantagem em que as instituições sejam sujeitas ao escrutínio externo, em obediência ao princípio da transparência e da integridade” (R. M. C. Clero, *op. cit.*), destacando-se a exigência do TEDH “no que toca a esses requisitos de independência e imparcialidade dos serviços de inspeção” (P. P. Albuquerque, *op. cit.*), julgando-se importante a presença regular dessas entidades nos locais de detenção.

Ainda assim, foi notória a não concordância com a proliferação de entidades de fiscalização por parte de alguns especialistas, por se considerar ser desnecessário multiplicar

estes mecanismos se nenhum funcionar, podendo ser uma ideia inconsequente (R. C. Pereira, *op. cit.*).

Outra medida destacada pela maioria dos especialistas, passa por reforçar a ação preventiva da IGAI, permitindo “aumentar a regularidade das intervenções, a sua expansão a mais áreas geográficas do país, e uma maior atenção dada à necessidade de seguimento de quaisquer situações sinalizadas” (J. Costa, entrevista por *email*, 26 de março de 2021), importando fomentar, em permanência, a cooperação entre este organismo e as FS.

Quanto à questão n.º 5, os especialistas apontaram como mudanças estruturais significativas para um melhor controlo da prevenção da tortura, a necessidade de tornar a cooperação entre as FS e a IGAI mais robusta, com o incremento da interação entre a IGAI e as FS, promovendo o debate dos problemas associados à prevenção da tortura, através da constituição de grupos de trabalho para o efeito.

Por fim, com a questão n.º 6 procurou-se compreender se existem comportamentos a melhorar, praticados pelos elementos das FS, que violem a dignidade humana. Todos os especialistas concordaram que os comportamentos podem ser melhorados, tendo sido identificada uma “perceção de desigualdades, muitas vezes quando um polícia interpela um suspeito”, bem como o prazer pelo sofrimento alheio, considerando-se como ponto de partida “mudar mentalidades que sejam discriminatórias, que sejam insensíveis, que sejam não empáticas em relação à dor do outro” (R. C. Pereira, *op. cit.*), para “uma mentalidade em prol de uma atuação cada vez mais profissional” (H. Guinote, *op. cit.*).

Quanto à limitação do uso da força, “o uso da força é um dos exemplos das bitolas de conduta que o TEDH e o CPT têm delimitado de maneira muito rigorosa” (P. P. Albuquerque, *op. cit.*), sendo muito importante treinar os elementos das FS para o necessário cumprimento das obrigações internacionais, pois o uso da força excessivo enquadra-se na violação do art.º 3.º da CEDH, conforme jurisprudência anteriormente analisada ao abrigo do presente trabalho, devendo cumprir-se rigorosamente “aquela santíssima Trindade de princípios – necessidade, adequação, proporcionalidade” (R. C. Pereira, *op. cit.*).

## **5.2. Apresentação de medidas de melhoria**

Da análise de dados apresentados, torna-se evidente que as medidas de melhoria no que respeita à prevenção da tortura de cidadãos detidos, assentam em três pilares fundamentais: recrutamento, legislação e formação, abrangendo este último pilar a questão comportamental.

Quanto ao recrutamento, este pilar foi previamente identificado pela IGAI no PPMD, demonstrando uma preocupação em garantir que os elementos que venham a integrar as FS

interiorizem os respeito pelos DH. Para isso, o Objetivo 1 do PPMD estabelece a definição de critérios de avaliação que possibilitem “a despistagem de atitudes/comportamentos/traços ou características de personalidade que tendem a distanciar-se dos valores inerentes ao Estado de direito e à defesa dos direitos humanos” (IGAI, 2021, p. 20). Este objetivo absorve as necessidades identificadas pelos especialistas para o recrutamento de elementos para as FS, ou seja, o rastreio de comportamentos que não se coadunam com a garantia dos DF dos cidadãos, em especial de cidadãos detidos.

No que concerne à instalação de sistemas de videovigilância nos locais de detenção das FS, apesar de se constituir como uma medida preventiva de ilícitos criminais que possam ocorrer, é proibida a utilização destes sistemas quando a captação afete a intimidade das pessoas, nos termos do n.º 7 do art.º 7.º da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro<sup>41</sup>, visto que valores superiores emergem, conflituando com outros DF, como o direito à imagem e a reserva da intimidade da pessoa humana, conforme n.º 1 do art.º 26.º da CRP. Também o TEDH considerou que colocar uma pessoa sob vigilância permanente por videovigilância, enquanto detida, interfere gravemente com o direito ao respeito pela sua privacidade, em violação do art.º 8.º da CEDH (ECHR, 2021). Segundo Manuel Valente, este é um meio de possível utilização fraudulenta, permitindo “inutilizá-lo ou torná-lo inoperável durante o tempo suficiente para a prática de qualquer delito” (Valente, 2014, p. 558). Face ao explanado, e considerando a opinião dos especialistas, infere-se que uma alteração à legislação, que possibilite a implementação da videovigilância nos espaços de detenção, bem como a utilização das *bodycams* na atividade policial, são medidas que contribuem para a prevenção da tortura de cidadãos detidos pelas FS.

Cumpra, pois, sublinhar a formação como pilar mais realçado pelos especialistas ao longo das entrevistas, constituindo-se como o de maior relevância, no âmbito das medidas de melhoria a propor, considerando que a formação acompanha os elementos das FS ao longo das suas carreiras.

Assim, identificam-se como melhorias a implementar nas FS, na área da formação:

- Aumentar a carga horária atribuída às UC de DH/DF, proporcionando uma maior incidência de casos práticos sobre tortura, sustentados em jurisprudência do TEDH, apelando à discussão por parte dos discentes;
- Incrementar a participação de palestrantes externos às FS, que sensibilizem os discentes sobre a temática da tortura e a importância na sua prevenção;

---

<sup>41</sup> Alterada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro.



- Fomentar o aumento de temáticas sobre a prevenção da tortura na formação contínua dos elementos das FS;
- Atribuir uma maior relevância à formação comportamental, garantindo que a mesma seja assegurada por especialistas na área da psicologia.

### **5.3. Síntese conclusiva**

Os contributos dos especialistas entrevistados assumem-se de grande relevância para a investigação, permitindo obter uma visão abrangente sobre as principais melhorias a implementar nas FS, no âmbito da prevenção da tortura.

Perante o exposto, identificam-se três pilares estruturantes para uma prevenção direta da tortura de cidadãos detidos, designadamente a realização de um processo de recrutamento para as FS, com critérios mais rigorosos; a revisão legislativa no que concerne à utilização de sistemas de videovigilância no locais de detenção das FS; e a atribuição de um carácter mais dinâmico à formação inicial e contínua dos elementos das FS, paralelamente a uma formação comportamental orientada para as boas práticas, respondendo-se cabalmente, desta forma, à QD3, com as propostas de melhoria enquadradas nos três pilares estruturantes identificados.

## 6. Conclusões

As práticas reprováveis relacionadas com o uso da força por parte dos elementos das FS são inaceitáveis num Estado de direito, podendo, serem imputadas às instituições responsabilidades suscetíveis de afetar a sua credibilidade.

Os Estados confrontam-se, diariamente, com a aplicação da lei, no âmbito da prevenção da tortura, cabendo-lhes assegurar uma maior envolvimento por parte dos elementos das FS, na defesa intransigente dos DF. São estes elementos, pela natureza das funções que exercem, que assumem um papel fundamental no respeito pelo primado dos direitos, liberdades e garantias intrínsecos aos cidadãos, e na recondução do respeito da dignidade humana de cidadãos detidos.

Os relatórios apresentados pelo CPT, no âmbito das visitas realizadas aos locais de detenção das FS em Portugal, assim como os relatórios do MNP, identificam a existência de maus-tratos de cidadãos detidos perpetrados pelos elementos das FS, tecendo determinadas recomendações dirigidas às FS para melhoria das práticas policiais.

Destarte, à luz do OG, que presidiu à investigação, extraíram-se da QC três QD, as quais foram respondidas com recurso a uma metodologia de raciocínio dedutivo, de carácter qualitativo, num estudo de caso que culminou na realização de entrevistas a especialistas que ampliaram valor à investigação, com contributos significativos para a melhoria dos mecanismos de prevenção da tortura instituídos nas FS.

Em primeiro lugar, a ligação do CEu, na prevenção da tortura, ganha forma com a criação do TEDH e do CPT, enquanto mecanismos regionais que se traduzem na absoluta garantia da proibição da tortura de cidadãos detidos.

Pese embora, até à presente data, Portugal não ter sido condenado pelo art.º 3.º da CEDH, no contexto de cidadãos detidos pelas FS, o presente estudo é alicerçado na importância da prevenção da tortura, assumindo especial relevância, neste contexto, o PdJ, destacando-se o seu posicionamento enquanto órgão designado como MNP para a prevenção da tortura.

Com efeito, enquanto órgão de fiscalização numa área particularmente sensível da atuação do Estado, onde estão em jogo valores fundamentais como a autoridade e a segurança, por um lado, e os DF, por outro, por vezes com um equilíbrio muito frágil, destaca-se o papel relevante da IGAI, tendo este órgão como desígnio primordial adotar medidas como garante essencial dos DF de todos os cidadãos, por parte das FS.

Em boa verdade, à luz dos pressupostos teóricos, os resultados provenientes da investigação permitiram dar sustentação à QC “Quais os desafios que se apresentam às FS no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos?”.

Nesta linha de raciocínio, colocam-se continuamente às FS desafios que requerem uma responsabilidade diária e uma abordagem célere e dinâmica, assentes nos valores que norteiam o respeito pelos DF de cidadãos detidos, destacando-se as recomendações materializadas pelo CPT relativas à formação e ao reforço da visibilidade institucional junto dos cidadãos. Este propósito é cimentado com as perceções obtidas junto dos especialistas, dando relevo ao recrutamento, à formação e a alterações legislativas relativas à utilização dos sistemas de videovigilância.

Ao nível dos mecanismos instituídos nas FS, torna-se, na maioria das vezes, complexa a monitorização da prática de maus-tratos, em especial pelo MNP, no entanto, tem sido crescente o esforço desenvolvido pela IGAI para combater este fenómeno, com a adoção de ferramentas que vinculam a ação dos elementos das FS às boas práticas policiais.

Nesta senda, aponta-se o recrutamento como o primeiro grande desafio para as FS, considerando que os critérios de avaliação aplicados deverão convergir para a deteção de patologias comportamentais desaprováveis ao ingresso nas FS, num comprometimento organizacional de elevada importância para a despistagem de comportamentos contrários aos valores do Estado de direito e à defesa dos DF. Considerando que a formação não pode ser entendida como uma mera aquisição de conhecimentos, o segundo desafio prende-se com a melhoria das competências providas às FS, apostando-se na sua dinamização e priorização da vertente prática. Por último, o terceiro desafio, mais abrangente, incentiva à tipificação de um regime que possibilite a utilização de sistemas de videovigilância, nos locais de detenção das FS, num consenso identificado pelo CPT e pelas opiniões dos especialistas. No entanto, apresentando-se como uma medida que atenta contra o valor da reserva da intimidade do cidadão detido, considera-se que a mesma deverá ser sujeita a uma reflexão futura, em conformidade com a proposta de estudo apresentada.

Ciente da importância da investigação, pretende-se, com a mesma, contribuir para uma visão holística, ao nível estratégico, sobre os mecanismos de prevenção da tortura em Portugal, carecendo de serem aprofundados os saberes e a consciencialização no nível operacional/tático, sobre o impacto destes mecanismos na atividade operacional desenvolvida pelas FS.

Hodiernamente, não obstante a indelével complexidade da situação pandémica, não se vislumbram limitações à investigação, contrariamente ao expectável, pela riqueza

bibliográfica provinda do CEu, assim como dos mecanismos nacionais, não podendo deixar de ser referenciada a forte colaboração e disponibilidade manifestadas pelos especialistas na concretização das entrevistas.

Resultante das múltiplas subtemáticas que a investigação apresenta, propõem-se, como futuras linhas de investigação, as implicações da consagração legislativa dos sistemas de videovigilância nos locais de detenção das FS, na prevenção da tortura de cidadãos detidos, ou uma reflexão direcionada para o nível tático, sobre os desafios para os elementos das FS, na garantia dos DF dos cidadãos detidos, com o intuito de obter a perspetiva dos elementos que desenvolvem a atividade policial “na linha da frente”, assim como os constrangimentos para a atuação policial.

Por fim, conscientes de que a formação se constitui um dos principais alicerces para a mudança comportamental, elencam-se como recomendações, na área da formação:

- Estabelecer planeamentos anuais de formação contínua nas FS, visando a atualização de conhecimentos sobre a prevenção da tortura, com a definição de objetivos de formação e indicadores a atingir;
- Promover a revisão dos conteúdos programáticos das Unidades Curriculares de DH/DF, nos cursos de formação inicial das FS, centrados numa abordagem mais humanista.

Considera-se, ainda, fruto dos mecanismos de monitorização abordados no presente trabalho, a pertinência da implementação de um sistema eficaz de monitorização interna, de funcionamento permanente, que permita a produção de alertas imediatos, aos mecanismos de controlo interno, em caso de suspeita da prática de ato que atente contra os DF de cidadãos detidos, decorrentes de ação policial.

## Referências Bibliográficas

- Acórdão de 6 de março (2007). *Caso de Erdogan Yagiz c. Turquia*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Acórdão de 10 de setembro (2018). *Caso de Irlanda c. Reino Unido*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Acórdão de 12 de fevereiro (2020). *Caso de A. c. Rússia*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Acórdão de 3 de março (2020). *Caso de Petrescu c. Portugal*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Acórdão de 26 de agosto (2020). *Caso de Gremina c. Rússia*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Acórdão de 8 de outubro (2020). *Caso de Aghdgomelashvili e Japaridze c. Geórgia*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Acórdão de 21 de janeiro (2021). *Caso de Badulescu c. Portugal*. Estrasburgo: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.
- Barreto, I. C. (1995). *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Lisboa: Aequitas.
- Barreto, I. C. (2018). O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o Juiz Nacional. *Revista Negócios Estrangeiros*, 19, 14–34.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4.<sup>a</sup> ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. (2014). *Constituição da República Portuguesa - Anotada, Volume I* (4.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Churchill Society. (2021). *Winston Churchill speaking in Zurich - 19th September 1946*. [Página online]. Retirado de <http://www.churchill-society-london.org.uk/astonish.html>
- Conselho da Europa. (2015). *Guia Prático destinado a informar os agentes públicos das obrigações do Estado ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos*. (A. G. Marques, Trad.) Lisboa: Procuradoria-Geral da República.
- Costa, J. F. (2015). The Ombudsman and the Promotion and Protection of Human Rights - the present and the future. *Revista Eletrónica de Direito Público*, II(2), 126–131.
- Council of Europe. (2013a). *Report to the Portuguese Government on the visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) from 13 to 17 May 2013*. Strasbourg: Autor.
- Council of Europe. (2013b). *Response of the Portuguese Government to the report of the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading*

- Treatment or Punishment (CPT) on its visit to Portugal from 13 to 17 May 2013.*  
Strasbourg: Autor.
- Council of Europe (2018a). *Report to the Portuguese Government on the visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) from 27 September to 7 October 2016.*  
Strasbourg: Autor.
- Council of Europe. (2018b). *Response of the Portuguese Government to the report of the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) on its visit to the Portugal from 27 September to 7 October 2016.* Strasbourg: Autor.
- Council of Europe. (2020a). *Report to the Portuguese Government on the visit to Portugal carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) from 3 to 12 December 2019.* Strasbourg: Autor.
- Council of Europe. (2020b). *Response of the Portuguese Government to the report of the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) on its visit to Portugal from 3 to 12 December 2019.*  
Strasbourg: Autor.
- Committee for the Prevention of Torture. (2019). *28th General Report of the CPT.*  
Strasbourg: Council of Europe.
- Committee for the Prevention of Torture. (2020). *29th General Report of the CPT.*  
Strasbourg: Council of Europe.
- Crawshaw, R. (2018). Police and Human Rights: Fundamental Questions. Em R. Alleweldt & G. Fickenscher (Eds.), *The Police and International Human Rights Law* (pp. 7–20).  
Gewerbestrasse: Springer International Publishing.
- Cullen, A. (2003). Defining Torture in International Law: A Critique of the Concept Employed by the European Court of Human Rights. *California Western International Law Journal*, 34(1), 1–18.
- Duarte, V. R. (2017). *A promoção e proteção dos direitos humanos : mecanismos e sistemas. O caso de Portugal.* (Tese de Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais).  
Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Esser, R. (2018). A Proibição da Tortura (art. 3.º da CEDH)- A atualidade inabalável de um direito humano central. *Católica Law Review*, II(3), 51–76.
- European Court of Human Rights. (2020). *The European Convention on Human Rights - A*



- Living Instrument*. Strasbourg: Council of Europe.
- European Court of Human Rights. (2021). *Guide on the case-law of the European Convention on Human Rights - Prisoners' rights*. Strasbourg: Council of Europe.
- Fontes, J. (2018, dezembro). *Direitos Humanos e Controlo Externo das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna*. Relatório apresentado na conferência Livres e Iguais 2018, da Inspeção-Geral da Administração Interna, Lisboa.
- Gouveia, J. B. (2003). *Manual de Direito Internacional*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Greer, S. (2006). *The European Convention on Human Rights: Achievements, Problems and Prospects*. New York: Cambridge University Press.
- Guarda Nacional Republicana. (2020). *Estratégia da Guarda 2025, uma Estratégia centrada nas pessoas*. Lisboa: Autor.
- Henriques, J. G. (2020). Conselho da Europa pede medidas urgentes para travar violência policial. *Público*, 11.160, 22.
- Homem, F. A. (2017). *O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e o sistema de proteção de direitos fundamentais nacional: Estudo sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade no caso português*. (Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais). Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2014). *Relatório de Atividades 2013*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2015). *Relatório de Atividades 2014*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2016). *Relatório de Atividades 2015*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2017). *Relatório de Atividades 2016*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2018). *Relatório de Atividades 2017*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2019). *Relatório de Atividades 2018*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2020). *Relatório de Atividades 2019*. Lisboa: Autor.
- Inspeção-Geral da Administração Interna. (2021). *Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança*. Lisboa: Autor
- Kozma, J., & Rachlew, A. (2018, março). *Combating Torture during Police Custody and*



- Pre-Trial Detention. Paper* apresentado na Conferência da Presidência dinamarquesa do Comité de Ministros do Conselho da Europa, Copenhaga.
- Martins, A. M. G. (2017). *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Coimbra: Edições Almedina.
- Mecanismo Nacional de Prevenção. (2015). *Relatório à Assembleia da República 2014*. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Mecanismo Nacional de Prevenção. (2016). *Relatório à Assembleia da República 2015*. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Mecanismo Nacional de Prevenção. (2017). *Relatório à Assembleia da República 2016*. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Mecanismo Nacional de Prevenção. (2018a). *Relatório à Assembleia da República 2017*. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Mecanismo Nacional de Prevenção. (2018b). *Relatório à Assembleia da República 2018*. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Mecanismo Nacional de Prevenção. (2019). *Relatório à Assembleia da República 2019*. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Miranda, J. (2020). *Direitos Fundamentais* (3.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Moreira, V., & Gomes, C. M. (2012). *Compreender os Direitos Humanos* (3.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Murdoch, J. (2006). *The treatment of prisoners*. Strasbourg: Council of Europe.
- Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Association for the Prevention of Torture & Asia Pacific Forum. (2010). *Preventing Torture: An Operational Guide for National Human Rights Institutions*. Sydney: Asia Pacific Forum of National Human Rights Institutions.
- Pes, J. H. F. (2009). *A Constitucionalização de Direitos Humanos elencados em Tratados*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Peterke, S. (2009). *Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União.
- Pieroth, B., & Schlink, B. (2008). *Direitos Fundamentais: Direito Estadual II*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Polícia de Segurança Pública. (2020). *Estratégia PSP 20/22 - uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão*. Lisboa: Autor.
- Recomendação-IG-2/2014. (2014). *Regime legal da condução/detenção de suspeitos da prática de crime*. Lisboa: Inspeção-Geral da Administração Interna.



- Ribeiro, M. A., Coutinho, F. P., & Cabrita, I. (2011). *Enciclopédia de Direito Internacional*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rouhi, E., Dezaki, L. R., & Karveh, M. J. (2016). Protection of Prisoner's Human Rights in Prisons through the Guidelines of Rule of Law. *Journal of Politics and Law*, 10(1), 71–83.
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. (2019). *Cadernos do IUM N.º 8 - Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Instituto Univesitário Militar.
- Schabas, W. A. (2015). *The European Convention on Human Rights: a commentary*. New York: Oxford University Press.
- TEDH (2021). *Violations by Article and by State 1959-2020*. [Página online]. Retirado de [https://www.echr.coe.int/Documents/Stats\\_violation\\_1959\\_2020\\_ENG.pdf](https://www.echr.coe.int/Documents/Stats_violation_1959_2020_ENG.pdf)
- United Nations. (2003). Chapter 5: Human Rights and Arrest, Pre-Trial Detention and Administrative Detention. Em: OHCHR (Ed.), *Human Rights In The Administration Of Justice: A Manual On Human Rights For Judges, Prosecutors And Lawyers* (pp. 159-211). Geneva: OHCHR
- United Nations Human Rights Council. (2021). *Universal Periodic Review*. [Página online]. Retirado de <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRmain.aspx>
- Valente, M. M. G. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial* (4.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Vilelas, J. (2017). *Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- XXI Governo Constitucional. (2019). *3.º Exame Periódico Universal de Portugal em matéria de Direitos Humanos*. [Página online]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=3-exame-periodico-universal-de-portugal-em-materia-de-direitos-humanos>

### **Legislação e normas referenciadas**

- Aviso, de 19 de janeiro (1978). *Autoriza a publicação do texto em inglês e a respectiva tradução em português da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Série I de 09 de março de 1978, 57, 488-493. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Council of Europe. (1950). *Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms as amended by Protocols No. 11 and No. 14*. Strasbourg: Council of Europe.

- Council of Europe. (1987). *European Convention for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*. Strasbourg: Council of Europe.
- Decreto de aprovação da Constituição (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 10 de abril de 1976, 86, 738-775. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto do Presidente da República n.º 167/2012, de 13 de dezembro (2012). *Ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. Diário da República, 1.ª Série, 241, 7000. Lisboa: Presidência da República.
- Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro (1987). *Código de Processo Penal*. Diário da República, 1.ª Série, 40, 617-699. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março (1995). *Código Penal*. Diário da República, 1.ª Série-A, 63, 1350-1416. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de setembro (1995). *Cria a Inspeção-Geral da Administração Interna*. Diário da República, 1.ª Série-A, 210, 5708-5713. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro (2011). *Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna*. Diário da República, 1.ª Série, 249, 5516-(14)-5516-(20) Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro (2015). *Estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública*. Diário da República, 1.ª Série, 204, 9054-9086. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, 1.ª série, 211, 9298-9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março (2017). *Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, 58, 1507-1550. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 22/2021, de 15 de março (2021). *Aprova a orgânica da Inspeção-Geral da Administração Interna*. Diário da República, 1.ª Série, 51, 34-40. Lisboa: Conselho de Ministros.
- Despacho n.º 10529/2013, de 13 de agosto (2013). *Reune todas as normas em vigor aplicáveis aos processos de acompanhamento e aos processos de natureza disciplinar*

- que correm seus termos pela Inspeção-Geral da Administração Interna.* Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, 155, 25645-25646. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Despacho n.º 5863/2015, de 2 de junho (2015). *Regulamento das Condições Materiais de Detenção em Estabelecimento Policial.* Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, 106, 14120-14123. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Despacho n.º 11838/2016, de 4 de outubro (2016). *Institui um regime de partilha obrigatória de informação com a Inspeção-Geral da Administração Interna e com a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.* Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, 191, 29794. Lisboa: Ministério da Administração Interna e Ministério da Justiça.
- Lei n.º 29/78, de 12 de junho (1978). *Aprova, para ratificação, o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 133, 1054-(1)-1054-(18). Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 45/78, de 11 de julho (1978). *Aprova, para ratificação, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 157, 1280-1290. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 65/78, de 13 de outubro (1978). *Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 236, 2119-2145. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro (2005). *Regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série-A, 6, 205-208. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto (2007). *Lei Orgânica da PSP.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 168, 6065-6074. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (2007). *Lei Orgânica da GNR.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro (2012). *Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 39, 868-874. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 45/2019, de 27 de junho (2019). *Revisão global da linguagem utilizada nas convenções internacionais relevantes em matéria de direitos humanos a que a República Portuguesa se encontra vinculada.* Diário da República, 1.<sup>a</sup> Série, 121, 3060. Lisboa: Assembleia da República.

- Resolução 217A (III) de 10 de dezembro (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Resolução 3452 (XXX) de 9 de dezembro (1975). *Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Resolução 34/169 de 17 de dezembro (1979). *Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Resolução 39/46 de 10 de dezembro (1984). *Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Resolução 43/173 de 9 de dezembro (1988). *Conjunto de princípios para a proteção de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de detenção ou prisão*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Resolução da Assembleia da República n.º 3/90, de 30 de janeiro (1990). *Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e Penas ou Tratamentos Desumanos e Degradantes*. Diário da República, 1.ª Série, 25, 406-413. Lisboa: Assembleia da República.
- Resolução da Assembleia da República n.º 21/97, de 03 de maio (1997). *Aprova, para ratificação, o Protocolo n.º 11 à Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, relativo à reestruturação do mecanismo de controlo estabelecido pela Convenção e respetivo anexo, assinado em Estrasburgo em 11 de*. Diário da República, Série I-A, 102, 2042-2053. Lisboa: Assembleia da República.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 28 de fevereiro (2002). *Código Deontológico do Serviço Policial*. Diário da República, 1.ª Série-B, 50, 1669-1671. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2013, de 20 de maio (2013). *Designa o Provedor de Justiça como mecanismo nacional de prevenção independente para a prevenção da tortura*. Diário da República, 1.ª Série, 96, 2971-2972. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



## Anexo A – Estatísticas do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

1959-2020	Total number of judgments in 2020		Judgments finding a violation 1959 to 2020		Judgments finding no violation		Friendly settlements/striking-out		Other judgments <sup>1</sup>		Right to life – deprivation of life		Lack of effective investigation		Inhuman or degrading treatment		Prohibition of torture <sup>2</sup>		Conditional violations <sup>3</sup>		Right to liberty and security		Length of proceedings		Non-enforcement		Right to respect for private and family life <sup>4</sup>		Freedom of expression		Freedom of assembly and association		Right to marry		Prohibition of discrimination		Protection of property		Right to education		Right not to be tried or punished twice		Other Articles of the Convention	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	2	2	3	3	3	2/3	4	5	6	6	6	7	8	9	10	11	12	13	14	P1-1	P1-2	P1-3	P1-4															
Lithuania	13	226	156	51	13	6	3	6		27	9			26	32	27	2	1	23	1	2	1		7	6	32		1	1															
Luxembourg	0	46	34	9	3			1						1	14	17			4		3	1		3	1	1																		
Malta	10	111	83	17		11	1			3				26	13	13	1	2	4		5			12	4	39																		
Republic of Moldova	32	473	413	31	3	26	3	10	9	101	52			105	162	11	33	1	33	4	19	16		60	5	143		3																
Monaco	1	4	3	1										1	3																													
Montenegro	10	63	58	3		2		1		4	2			5	9	27	6		4		2			5	1	7																		
Netherlands	4	169	93	48	16	12		4	1	10				30	30	8			17		7			2	3	1																		
North Macedonia	14	179	159	12	3	5	2	2	3	6	14			17	50	66	5		10		3	5		11		15																		
Norway	4	57	38	19										1	12	2			16		6					1	1																	
Poland	19	1197	1007	130	42	18	7	9	2	58	13			307	119	443	4		120	1	35	1	2	29	4	56																		
Portugal	5	359	275	19	56	9	2	5		2				7	42	144	6		15		27			43	2	48																		
Romania	82	1578	1393	77	38	70	12	53	2	302	92			123	462	150	53	4	106	4	33	6		28	40	495	1	6	4	17														
Russian Federation	185	2884	2724	109	15	36	330	373	76	916	241	40	1	1203	935	207	158	3	244	11	95	68		660	22	671	3	6	7	149														
San Marino	1	20	12	5	2	1								1	9	2			1	1						1																		
Serbia	5	221	199	15		7		3		6	8			9	33	52	73		16		7			18	2	79		1	1															
Slovak Republic	12	386	344	12	22	8	2	2	1	6	5			57	47	210	2		22		10			39	4	21																		
Slovenia	3	371	340	24	4	3		3		21	6			6	25	263	3	1	12		3			266	3	7																		
Spain	10	181	124	50	3	4				1	12			5	58	16	1	4	18		8	1		2	4	2																		
Sweden	0	153	61	59	28	5	1		1	4		5		2	28	12	1		9		2	1		3	1	6																		
Switzerland	14	209	121	80	5	3	1	2		2	1	6		21	37	8			25	1	19	1	1	2	6																			
Turkey	97	3742	3309	93	219	121	141	223	31	341	223			787	953	608	67	5	126	12	387	108		281	19	688	7	12																
Ukraine	86	1499	1465	20	4	10	13	60	19	253	109			428	582	445	39	1	90	6	16	8	1	340	9	368		2	2	65														
United Kingdom	4	556	322	142	69	23	2	20	2	17		1	1	70	93	30			74	1	12	4	4	34	45	3	2	8																
Sub-total			19 739	1 893	1 126	740	577	870	171	2 555	949	76	11	4 190	5 276	5 950	604	55	1 568	88	925	327	10	2 719	309	3 592	18	102	37	438														
TOTAL <sup>4</sup>						23 406																																						

Figura 1 – Violações por art.º e por Estado  
Fonte: TEDH (2021).



## Apêndice A – Modelo de Análise

Quadro 5 – Modelo de Análise

TEMA		O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos na garantia dos Direitos Fundamentais de cidadãos detidos e reclusos					
<b>Objetivo Geral</b>		Avaliar os principais desafios que se apresentam às Forças de Segurança no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos.					
<b>Questão Central</b>		Quais os desafios que se apresentam às Forças de Segurança no âmbito da prevenção da tortura de cidadãos detidos?					
Objetivos Específicos (OE)		Questões derivadas (QD)		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha
OE1	Analisar os mecanismos de prevenção da tortura do Conselho da Europa.	QD1	Quais os mecanismos de prevenção da tortura estabelecidos pelo Conselho da Europa?	Direitos Humanos	Ordem jurídica internacional	– Declaração Universal dos Direitos Humanos – Convenção Europeia dos Direitos Humanos – Jurisprudência TEDH	Análise documental
				Tortura	Mecanismos	– Comité para a Prevenção da Tortura – Relatórios do Comité para a Prevenção da Tortura	Entrevistas semiestruturadas
OE2	Analisar os mecanismos de monitorização de prevenção da tortura instituídos nas Forças de Segurança em Portugal.	QD2	Que mecanismos de monitorização de prevenção da tortura se encontram instituídos nas Forças de Segurança em Portugal?	Direitos Fundamentais	Ordem jurídica nacional	– Constituição da República Portuguesa – Código Deontológico do Serviço Policial	Análise documental
				Detenção	Entidades nacionais	– Relatórios à Assembleia da República do Mecanismo Nacional de Prevenção – Relatórios de atividades da Inspeção-Geral da Administração Interna	Entrevistas semiestruturadas
				Prevenção da Tortura	FS	Estratégia Legislação Formação	
OE3	Propor medidas de melhoria, no contexto das Forças de Segurança, no que respeita à prevenção da tortura de cidadãos detidos.	QD3	Que propostas de melhoria se identificam como essenciais no que respeita à prevenção da tortura de cidadãos detidos, no contexto das Forças de Segurança?	Prevenção da Tortura	FS	Estratégia institucional Formação Legislação Fiscalização Mudança estrutural Comportamentos	Análise documental  Entrevistas semiestruturadas





## Apêndice B – Carta de apresentação e guião da entrevista

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Exmo(a). Senhor(a),

O Instituto Universitário Militar (IUM) é uma instituição de ensino superior universitário militar, na dependência direta do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, que desenvolve atividades de ensino, investigação, apoio à comunidade, cooperação e intercâmbio, com a finalidade de formar os oficiais e sargentos dos quadros permanentes das Forças Armadas (FFAA) e da Guarda Nacional Republicana (GNR).

O Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) visa qualificar oficiais superiores das FFAA e da GNR para o desempenho de funções ao nível operacional e estratégico, em estados-maiores conjuntos nacionais e internacionais, nas estruturas superiores das Forças Armadas e da Defesa Nacional, e em organizações nacionais e internacionais. O CEMC destina-se ainda a proporcionar uma formação avançada na área das Ciências Militares.

Neste contexto, enquanto auditora do CEMC do IUM, venho *mui* respeitosamente solicitar a prestimosa colaboração de V. Ex.<sup>a</sup> na realização de uma entrevista, tendo em vista recolher informações e esclarecer algumas questões, no âmbito do Trabalho de Investigação Individual subordinado ao tema **“O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos na garantia dos Direitos Fundamentais de cidadãos detidos e reclusos”**.

O objetivo geral da investigação é avaliar os principais desafios que se colocam às FS no âmbito da prevenção da tortura, pelo que o seu contributo é muito importante para que se atinjam os objetivos propostos na mesma.

Atendendo à atual situação pandémica vivenciada no país, e caso não exista lugar a uma entrevista presencial, solicito que a mesma possa ser realizada com recurso à ferramenta informática *Microsoft Teams*, ou que as respostas às questões da entrevista sejam remetidas por escrito (documento *Word* em anexo), por via eletrónica, através do email **lopes.ccm@ium.pt**.

Antecipadamente grata pela sua disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

**Clara Cristina Machado Lopes**

Major de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

## 1. ENQUADRAMENTO

O último relatório publicado pelo Conselho da Europa (CE), em 13 de novembro de 2020, relativo à visita a Portugal, em dezembro de 2019, do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT), endereça várias recomendações ao Estado português, nomeadamente, ao nível do Ministério da Administração Interna (MAI), aos responsáveis pelas Forças de Segurança<sup>42</sup> (FS), na medida em que deverão transmitir uma mensagem forte institucional, relativamente à ilegalidade dos maus-tratos de cidadãos detidos, bem como reforçar a imagem institucional da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), em áreas com uma elevada proporção de migrantes e cidadãos afrodescendentes, no âmbito dos programas de policiamento comunitário (Council of Europe, 2020a).

A prevenção da tortura pelos organismos do Estado, designadamente pelas FS, constitui-se como um tema de debate atual em diversas dimensões, pela importância de proteger a dignidade humana de cidadãos detidos, sob a responsabilidade das FS. A violação das normas consagradas na Convenção Europeia dos Direitos Humanos, em especial do art.º 3.º (proibição da tortura), perpetua-se na atividade desenvolvida pelas FS, importando refletir sobre a eficácia do atual funcionamento dos mecanismos de prevenção da tortura nacionais, na garantia dignidade humana dos cidadãos detidos pelas FS.

A investigação em curso assenta na análise dos mecanismos de prevenção da tortura instituídos nas FS em Portugal, tendo como desígnio propor medidas de melhoria, no contexto das FS, no que respeita à prevenção da tortura de cidadãos detidos.

Destarte, os contributos advenientes das instituições do Estado com responsabilidades na prevenção da tortura em Portugal, são fundamentais para a investigação, sendo as entrevistas dirigidas a um conjunto de personalidades que desempenham funções ou cargos de relevo em instituições que têm uma relação direta com a temática em investigação.

---

<sup>42</sup> Subentenda-se a GNR e a PSP





## 2. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

<b>Nome:</b>	
<b>Habilitações literárias:</b>	
<b>Posto (se aplicável):</b>	
<b>Cargo/Função:</b>	
<b>Local (se aplicável):</b>	
<b>Data:</b>	
<b>Hora de início e fim (se aplicável):</b>	

## 3. ENTREVISTA

<b>GUIÃO DA ENTREVISTA</b>	
<b>01.</b> Qual a estratégia institucional a implementar para prevenir a prática de atos de tortura de cidadãos detidos, perpetrados por elementos das Forças de Segurança?	
R.:	
<b>02.</b> Que melhorias poderão ser implementadas no âmbito da formação dos elementos das Forças de Segurança, relativas à prevenção da tortura?	
R.:	
<b>03.</b> Quais as alterações que podem ser introduzidas na legislação que enquadra a atuação das Forças de Segurança, em matéria de prevenção da tortura?	
R.:	
<b>04.</b> Concorda com o reforço da intervenção de entidades externas na fiscalização interna dos mecanismos de prevenção da tortura atualmente existentes nas Forças de Segurança? Se possível, dê exemplos.	
R.:	
<b>05.</b> Que mudança estrutural pode ser implementada para um melhor controlo da prevenção da tortura, de forma a garantir a dignidade humana de cidadãos detidos?	
R.:	
<b>06.</b> Atendendo à sua experiência profissional, considera existirem alguns comportamentos a melhorar, praticados pelos elementos das Forças de Segurança, relacionados com a violação da dignidade humana, nomeadamente a tortura e outras penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, de cidadão detidos?	
R.:	

*Obrigada pela colaboração e tempo despendido.*



## Apêndice C – Perguntas e segmentos de resposta

Quadro 6 – Perguntas e segmentos de resposta

QUESTÕES	Segmentos de Resposta	Especialistas							T
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	
<b>Questão n.º 1</b> Qual a estratégia institucional a implementar para prevenir a prática de atos de tortura de cidadãos detidos, perpetrados por elementos das Forças de Segurança?	1.1 Maior destaque dos DH na estratégia institucional		X					X	2
	1.2 Prossecução das melhores práticas internacionais	X					X		2
	1.3 Cultura organizacional de DH	X		X		X			3
	1.4 Intensificar a proximidade FS-cidadão		X	X					2
	1.5 Detecção e seguimento de comportamentos desviantes					X		X	2
	1.6 Melhoria dos critérios de recrutamento	X			X	X		X	4
<b>Questão n.º 2</b> Que melhorias poderão ser implementadas no âmbito da formação dos elementos das Forças de Segurança, relativas à prevenção da tortura?	2.1 Aumento da carga horária de DH/DF nos cursos			X				X	2
	2.2 Incremento de palestras com especialistas externos às FS	X		X	X				3
	2.3 Melhoria das práticas pedagógicas			X		X			2
	2.4 Maior incidência de casos práticos sobre tortura	X			X	X	X		4
	2.5 Dinamização da formação contínua	X	X	X				X	4
	2.6 Enfoque na formação comportamental/inteligência emocional		X		X			X	3
<b>Questão n.º 3</b> Quais as alterações que podem ser introduzidas na legislação que enquadra a atuação das Forças de Segurança, em matéria de prevenção da tortura?	3.1 Legislação internacional, europeia e nacional adequadas				X	X		X	3
	3.2 Reforço de boas práticas				X				1
	3.3 Recolha de imagem nos locais de detenção das FS		X		X		X	X	4
	3.4 Utilização de meios tecnológicos na atividade policial		X	X	X				3
<b>Questão n.º 4</b> Concorda com o reforço da intervenção de entidades externas na fiscalização interna dos mecanismos de prevenção da tortura atualmente existentes nas Forças de Segurança? Se possível, dê exemplos.	4.1 Não proliferação de entidades fiscalizadoras		X		X				2
	4.2 Reforçar a ação preventiva da IGAI	X		X	X	X			4
	4.3 Concordância com a intervenção de organismos externos			X	X	X	X	X	5
<b>Questão n.º 5</b> Que mudança estrutural pode ser implementada para um melhor controlo da prevenção da tortura, de forma a garantir a dignidade humana de cidadãos detidos?	5.1 Necessidade de mudança de mentalidades		X		X				2
	5.2 Intensificação da ação de Comando				X				1
	5.3 Fortalecimento da cooperação FS-IGAI		X	X				X	3
<b>Questão n.º 6</b>	6.1 Dignidade no tratamento de cidadãos detidos				X				1



Atendendo à sua experiência profissional, considera existirem alguns comportamentos a melhorar, praticados pelos elementos das Forças de Segurança, relacionados com a violação da dignidade humana, nomeadamente a tortura e outras penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, de cidadão detidos?	6.2 Não tolerância de comportamentos discriminatórios	X			X				2
	6.3 Limitação do uso da força	X			X		X		3
	6.4 Melhoria de comportamentos dos elementos das FS	X	X	X	X	X	X	X	7

**Apêndice D – Excertos das entrevistas e segmentos de resposta identificados****Quadro 7 – Excertos das entrevistas e segmentos de resposta identificados**

Entrevistados	Excertos das respostas	Segmento Identificado
<b>Questão n.º 1</b>		
Qual a estratégia institucional a implementar para prevenir a prática de atos de tortura de cidadãos detidos, perpetrados por elementos das Forças de Segurança?		
<b>E1</b>	[...] Uma cultura institucional concordante com o respeito da dignidade da pessoa humana implica formação, inicial e contínua, dos elementos das Forças de Segurança. Esta formação deve seguir as melhores práticas internacionais e garantir um conhecimento alargado na área dos direitos humanos. Comportamentos e atitudes discriminatórias não podem ser toleradas. No mais, no âmbito da detenção, é importante procedimentalizar todas as atuações, garantir um adequado registo de todos os dados e a transparência da atuação das Forças de Segurança.	<b>1.2</b> <b>1.3</b> <b>6.2</b>
<b>E2</b>	[...] A Polícia de Segurança Pública, na Estratégia para o biênio 2020/2022, já consagrou uma área primordial de atuação na promoção dos direitos humanos e dentro das diferentes áreas que se pretende trabalhar, obviamente que o respeito pelo cidadão detido é a principal.  [...] Foram emitidas um conjunto de orientações nesse sentido, uma delas foi a determinação 02 da Inspeção Nacional, em 2020 [...] em que de alguma forma define as regras para a denúncia e participação de prática discriminatória, focadas nas questões raciais, étnicas e culturais, mas de alguma forma a tortura com os cidadãos detidos, que era uma das preocupações que tínhamos.  [...] A Direção da PSP optou, de uma forma recorrente, de trabalhar a áreas dos DH [...] mantendo uma ligação mais estreita com o efetivo que está na primeira linha de resposta, através do Departamento de Operações, concretamente através da Divisão de Prevenção Pública e de Proximidade. Tal opção é concordante com a agora plasmada no Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança.  [...] Isto tem vantagens porque é facilitador da deteção daquilo que são os desafios que a primeira linha está a ter nos momentos de detenção com os cidadãos e ao mesmo tempo de encontrar soluções para dar resposta a essas necessidades.	<b>1.1</b> <b>1.4</b>
<b>E3</b>	[...] Tem de haver uma ligação cidadão-agente policial, seja uma ligação de contacto e de proximidade, defendo um contexto de proximidade de todos elementos dos forças e serviços de segurança, portanto acho que é muito importante haver uma visibilidade e uma proximidade numa dupla vertente.  [...] Aquilo que acho que deve ser alargado e em que a polícia deve ser formada é na antecipação do problema, [...] para poder responder da melhor forma a esses problemas, antecipando a utilização de meios coercivos [...] é uma das estratégias que tem de ser mais implementada, no sentido da proatividade das FSS.	<b>1.3</b> <b>1.4</b> <b>2.1</b> <b>2.3</b>



	<p>[...] A intervenção da polícia tem que ser cada vez mais orientada com instrumentos e com aprendizagem das situações em concreto [...] há necessidade de agilizar procedimentos para a intervenção no terreno, e tudo passa pela formação.</p> <p>[...] Havendo uma estratégia institucional para prevenir a prática de atos de tortura, acho que a formação dos agentes deve [...] ser uma formação mais ativa, deve existir um curriculum mais alargado sobre os DH.</p>	
<b>E4</b>	<p>[...] É muito importante, em primeiro lugar, haver uma formação dos elementos das FS para a cidadania e para o respeito pelos DF.</p> <p>[...] Há quem pense que as boas práticas e as práticas concordantes com a moral não se ensinam, e há quem pense que as práticas são ensinadas. A eticidade é objeto de ensino e aprendizagem.</p> <p>[...] É necessário que a ação de comando seja uma ação bem orientada, [...] e o exercício da autoridade hierárquica deve estar orientado para o respeito dos DH.</p> <p>[...] É necessário haver uma fiscalização externa, para evitar tendências endogâmicas, que acontecem em todas as instituições, neste domínio quero salientar a importância que pode ter uma IGAI.</p> <p>[...] No recrutamento devem ser despistadas situações patológicas que são muito perigosas, [...] há pessoas que têm patologias comportamentais que as tornam muito desaconselháveis e perigosas em FS [...], porque na realidade, por mais que se ensine, não há garantias de que o ensino caia muito bem e, portanto, eu acho que no recrutamento deve haver logo uma grande preocupação.</p>	<b>1.6</b>
<b>E5</b>	<p>[...] A estratégia institucional [...] passa por uma abordagem global que envolve formação, recrutamento e vivificação de uma cultura interna</p> <p>[...] Esta abordagem reclama, naturalmente, uma atenção a todos os atos que constituam afloramento, remoto que seja, de manifestações de tortura, mas também um acompanhamento sem tibiezas de todas as exteriorizações de atitudes que contribuam para um ambiente favorável ao surgimento de atitudes de tal jaez.</p>	<b>1.3</b> <b>1.5</b> <b>1.6</b>
<b>E6</b>	<p>[...] Seguir os critérios do Conselho da Europa, quer do CPT quer do TEDH, os critérios do Conselho da Europa estão condensados nas suas guidelines, relativamente ao tratamento de pessoas detidas [...] Depois há toda a jurisprudência do TEDH quanto ao art.º 3.º.</p>	<b>1.2</b>
<b>E7</b>	<p>[...] A Estratégia da Guarda assenta a sua atuação não só no cumprimento das orientações e visão política nesta matéria, mas, vai mais além e assume um papel proactivo na deteção interna de comportamentos desviantes, aplicando os instrumentos de que dispõe para os fazer cessar, para responsabilizar e para os processar, quer por via do Direito Disciplinar, quer por via do Direito Penal ou da Justiça Militar.</p> <p>[...] A Guarda zela pela liberdade e segurança das pessoas e dos seus bens, potenciando diariamente o combate objetivo a este fenómeno, a par de uma maior exigência fundada em elevados padrões ético profissionais que queremos dos nossos militares, para que o cumprimento da função policial se torne mais credível, eficiente e de confiança na atuação.</p> <p>[...] Por outro lado, e inscrito na estratégia da Guarda, está a obrigação de toda a hierarquia promover o adequado tratamento dos cidadãos detidos em observância dos mais basilares direitos que lhes são conferidos e acompanhando todas as situações desde a sua entrada em instalações da Guarda até à respetiva entrega ao cuidado e responsabilidade da Autoridade Judicial.</p>	<b>1.1</b> <b>5.3</b>



	[...] A tudo isto se junta as iniciativas mais recentes por parte dos Ministérios envolvidos, em que as forças e serviços de segurança tutelados são integrados em grupos de trabalho de clara cooperação e abertura, em que cada uma tem feito desta matéria um desígnio institucional permanente.	
<b>Questão n.º 2</b>		
<b>Que melhorias poderão ser implementadas no âmbito da formação dos elementos das Forças de Segurança, relativas à prevenção da tortura?</b>		
<b>E1</b>	[...] É importante reforçar a formação, como referido na resposta anterior. Nesta, aspetos práticos, experiências concretas e procedimentos adequados devem ter particular destaque e serem a base da discussão. A troca de experiências com outras instituições semelhantes, organizações não governamentais e até com entidades de monitorização pode, igualmente, beneficiar os elementos das Forças de Segurança. Para além da aposta na formação contínua, deve haver uma regular avaliação dos agentes no âmbito do conhecimento e atuação no âmbito da prevenção da tortura.	<b>2.2</b> <b>2.4</b> <b>2.5</b>
<b>E2</b>	<p>[...] O nosso entendimento na formação dos nossos polícias, nós percebemos que nas décadas de 80 e 90 havia necessidade de uma formação técnica, na primeira década do ano de 2000 de facto foi-se apostando no reforço da componente jurídica, mas nesta altura nós percebemos que isso não traz aquilo que nós procuramos.</p> <p>[...] Dar mais formação jurídica não nos parece que lhe seja aquilo que as pessoas precisam que os militares ou os polícias precisam. A nossa aposta nas últimas formações, nos últimos 4 ou 5 anos de formação que temos dados aos nossos polícias, sobretudo na área de intervenção com menores e na área de intervenção na violência doméstica, tem sido pelo particularmente orientado para as ciências comportamentais e portanto temos praticamente metade das formações de especialização a serem dadas por psicólogos e psiquiatras e eles abordam muitas vezes precisamente esta questão da inteligência emocional, da capacidade de compreendermos as nossas emoções e as emoções dos outros e conseguirmos gerir as nossas emoções e as emoções dos outros, porque efetivamente não é por nós sabermos melhor as declarações, as convenções e os códigos, a Constituição, não é isso que no momento de tensão vai permitir ou vai facilitar o trabalho do militar ou do polícia.</p> <p>[...] As ferramentas que nos são dadas não são da área jurídica, são da área comportamental e por isso a nossa aposta tem sido nesta viragem e julgo que isso é o caminho certo para o futuro daquilo que nós pretendemos, polícias que se conheçam melhor a si próprios que consigam perceber melhor as dinâmicas e daquilo que possa ser o momento emocional de todas as pessoas que possam estar envolvidas numa alteração de ordem pública para depois conseguirmos gerir, não só no momento da intervenção propriamente dita mas depois havendo detenções em todo o trabalho que foi feito nas horas subsequentes.</p> <p>[...] A nossa opção por explorar a vertente da psicologia e psiquiatria porque efetivamente é isso que vai dar a ferramenta ao operacional que está no terreno; como é que ele vai conseguir perceber se a pessoa que está do outro lado está agressiva, se está ansiosa, se são comportamentos ou uma reação normal, estou a contar um comportamento pode ser considerado uma ameaça, como é que ele vai conseguir perceber que técnicas é que tem que desenvolver, que tem que implementar para acalmar aquela pessoa, é melhor conversar com ele, é melhor dar-lhe espaço para ele acalmar sozinho, [...] representando um risco menor para si próprias, procura-se hoje, mais do que o mero suporte legal ou a técnica muscular de intervenção, utilizar esta ferramenta emocional para conseguir fazer essa gestão do momento.</p>	<b>2.5</b> <b>2.6</b>
<b>E3</b>	[...] Eu defendo uma formação inicial e uma formação contínua [...], mas não é no sentido clássico do termo, mas muito dinâmica e em que os formadores podem ser de outra área que não seja da GNR, especialistas externos, porque têm sempre uma outra visão das coisas.	<b>2.2</b> <b>2.5</b>

<p><b>E4</b></p>	<p>[...] É necessário que haja um estudo dos DH, mas não que seja um estudo estático [...] é necessário que esse ensino esteja orientado para a prática. Por exemplo, para compreender o alcance da proibição da tortura [...], é necessário não apenas traçar o quadro teórico, mas falar de “leading cases”, ou incidentes policiais, para compreender bem quais são os limites de proibição de tortura, o que se pode e não pode fazer.</p> <p>[...] Para as FS internalizarem melhor a proibição, é necessário de facto haver um ensino eficaz, mas é necessário também esse ensino ser acompanhado do estudo de casos, para compreender qual é a reação, segundo a Constituição, a casos difíceis, a casos de fronteira.</p> <p>[...] Concordo com os especialistas/palestrantes externos, embora chame a atenção para uma coisa. [...] Esses palestrantes têm muito a ensinar, mas é necessário que as FS quando os ouvem tenham a perceção de uma coisa, eles não fazem grande ideia do que são as FS e o trabalho de polícia e, portanto, corre-se o risco de haver um diálogo de surdos. É necessário que haja empatia de parte a parte para perceber de que forma o ensino pode contribuir para o melhoramento da ação de polícia.</p> <p>[...] Os DH são muito importantes, mas não os devemos transportar para um campo em que percam a sua densidade, percam a sua visibilidade sob pena de descrédito. O estudo dos DH é muito importante na ação de polícia porque a polícia usa a força em nome do Estado.</p> <p>[...] Como é a polícia que usa a força em nome do Estado, evidentemente é a polícia que também pode exagerar no uso da força, e é este exagero que deve ser prevenido através destes métodos conjugados.</p>	<p><b>2.2</b> <b>2.4</b> <b>2.6</b></p>
<p><b>E5</b></p>	<p>[...] As melhorias passam principalmente por um olhar permanente e crítico sobre os modelos que em cada momento se concretizam, assumindo-se uma preocupação pedagógica de modo a tornar efetiva e eficaz a mensagem que o Estado de direito tem de transmitir. Formação, por outro lado, que deve abordar não apenas as dimensões centrais do fenómeno que se pretende proscrever, mas também todas aquelas áreas que facilitam, promovem ou criam ambientes favoráveis ao surgimento de manifestações de tortura.</p> <p>[...] A explicitação permanente do conteúdo do difícil poder de utilização dos meios coercivos públicos é tarefa lúdima neste âmbito.</p>	<p><b>2.3</b> <b>2.4</b></p>
<p><b>E6</b></p>	<p>[...] Acho que era importante ver as indicações que o Tribunal dá, várias indicações do que deve ser melhorado e ver os relatórios do CPT, em relação a Portugal. Concretamente, em relação à prevenção da tortura, há meios clássicos, designadamente o registo audiovisual dos interrogatórios, o acesso não condicionado a advogado e a familiares, a apresentação do detido às autoridades médicas sempre que o detido o solicite, há várias medidas que têm sido sugeridas quer pelo CPT quer pelo Tribunal para esse efeito.</p> <p>[...] Eu acho que é importante na formação dos membros das forças de segurança que essa formação seja feita sobretudo virada para a prática, portanto a melhor maneira de estudar esses critérios de direitos humanos é estudar casos práticos, estudar os acórdãos. Por exemplo, as técnicas que os militares da GNR e os agentes da PSP podem usar para deter uma pessoa, as técnicas físicas admissíveis, levantam problemas com que todas as outras forças policiais da Europa já se confrontaram e, portanto, há sempre um acórdão que já tratou algum problema que possa surgir em Portugal, ou seja, o Tribunal já se pronunciou sobre isso, encontrando-se, sempre, na jurisprudência do Tribunal, a solução para qualquer problema que possa surgir na prática portuguesa.</p> <p>[...] É fundamental formação prática com base em casos práticos.</p>	<p><b>2.4</b></p>



<b>E7</b>	<p>[...] Assume-se que em breve vão ser sujeitos a revisão os planos dos diversos cursos e que nestas matérias específicas há que prever um maior número de horas dedicadas.</p> <p>[...] Sabemos que é cada vez mais importante que a formação contínua de quadros, feita diariamente por todo o dispositivo, pondere com seriedade também esta matéria em complemento da instrução técnico profissional, a maior parte das vezes sobre modos de atuação operacional, as ações táticas e a legislação policial.</p> <p>[...] O reforço de ações de sensibilização e de formação sobre o tema mais vasto dos Direitos Humanos, que abarca não só a questão do direito dos detidos, mas também da prevenção da prática de manifestações de discriminação por parte dos nossos militares faz parte da nossa visão para o futuro, sendo certo que também por esta via se dará um impulso decisivo para acabar com relatos de más práticas policiais neste campo.</p>	<p><b>2.1</b> <b>2.5</b></p>
<p align="center"><b>Questão n.º 3</b></p> <p><b>Quais as alterações que podem ser introduzidas na legislação que enquadra a atuação das Forças de Segurança, em matéria de prevenção da tortura?</b></p>		
<b>E1</b>	[...] A legislação que regula os direitos e deveres das Forças de Segurança deve explicitar referências aos perigos e riscos de tortura e tratamentos cruéis e degradantes. Os mecanismos e transparência e a qualificação de infrações disciplinares neste âmbito devem ainda ser reforçados.	<b>4.2</b>
<b>E2</b>	<p>[...] Mais recentemente foi anunciado publicamente o Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças de Segurança, que é mais um significativo contributo para a promoção dos direitos humanos na área governativa da Administração Interna, e cujas medidas, em muito poderão contribuir, indiretamente, para uma diminuição dos episódios de tortura e maus-tratos cometidos por OPC.</p> <p>[...] Em matéria de prevenção da tortura o que pretendemos é uma flexibilização maior para tudo o que seja a utilização de meios tecnológicos, sejam as “bodycams”, sistemas de videovigilância [...] acaba por ser mais uma forma de nós nos controlarmos internamente, permitindo uma maior fiscalização da atuação policial e, com isso, prevenir situações de tortura e refletir sobre aquilo que temos de melhorar.</p>	<p><b>3.3</b> <b>3.4</b></p>
<b>E3</b>	<p>[...] Defendo que têm de ser regulamentadas várias questões, nomeadamente a prova digital, em termos de videovigilância.</p> <p>[...] Defendo o acesso das “bodycams”, na e para a defesa dos cidadãos.</p>	<b>3.4</b>
<b>E4</b>	<p>[...] Em termos de legislação propriamente dita, francamente não estou a ver grandes alterações a propor.</p> <p>[...] A tortura como crime, como prática, está devidamente acautelada, em termos constitucionais e legais. Eu penso que aquilo que é preciso aferir é se os regulamentos policiais estão bem preparados para evitar essa prática, portanto eu diria que nessa matéria mais do que grandes leis, de proclamações e de princípios, é necessário que haja regulamentos que impeçam que haja atos de tortura.</p> <p>[...] Por exemplo, não querendo antecipar-me a uma decisão judicial, aquilo que aconteceu no aeroporto não é por causa do Código Penal, nem por causa da Constituição, o que aconteceu no aeroporto resulta de más práticas e de falta de ação de comando e, portanto, o que é que resolve essas más práticas, as boas práticas que podem ser orientadas por regulamentos e pelo exercício da ação de comando efetivo.</p>	<p><b>3.1</b> <b>3.2</b> <b>3.3</b> <b>3.4</b></p>





	<p>[...] Em incidentes tático-policiais eu diria que as filmagens são adequadas para, em primeiro lugar, demonstrar que não houve excesso na defesa das FS e, em segundo lugar, até para o estudo de casos [...], filmagens 24 horas por dia, parecem-me de facto exageradas e é transformar a ação de polícia num grande filme com alguns inconvenientes à mistura.</p> <p>[...] Filmar instalações onde estejam detidos, parece-me uma solução possível, mas aí o maior problema que me preocupa é a própria intimidade, a reserva da vida privada dos detidos, porque repare, os detidos não deixaram de ter personalidade jurídica, nem incapacidade jurídica, nem direitos.</p>	
E5	[...] Sem embargo de este ser um processo de evolução permanente, porque requer atenção contínua, não se identifica a necessidade de alterações prementes na legislação vigente, desde logo porque em termos de referentes constitucionais o sistema normativo nacional é completo e eficaz em matéria de prevenção da tortura.	3.1
E6	<p>[...] A recolha da imagem é uma das indicações do CPT, portanto, se o CPT estabelece a bitola europeia e indica essa medida como uma medida importante para prevenir a tortura, eu acho que devemos seguir a bitola europeia. Outros valores que possam ser relevantes, como a defesa da imagem e a própria organização interna dos serviços e a não perturbação da organização interna dos serviços e da gestão do espaço e dos efetivos humanos, todos esses valores são valores importantes mas que devem ser ponderados em face do valor prevalecente que é o valor da integridade física dos detidos e até da própria integridade dos serviços, quer dizer, os serviços também têm uma vantagem em que fique tudo registado para que não haja suspeitas, para que se possam dissipar quaisquer suspeitas e para que não haja acusações injuriosas em relação aos serviços que são absolutamente infundamentadas.</p> <p>[...] Em termos de quadro legal, o critério fundamental é aquele que está fixado na Convenção e que obriga Portugal e que implicaria uma revisão da lei, porque quer o Decreto-lei 457/99, de 5.11, quer a Lei 5/2006, de 23.2, consagram soluções que não respeita nem a Constituição nem a Convenção. Mas isto tem a ver com um problema do quadro legal mais geral, relativo ao uso de armas de fogo na legítima defesa.</p>	3.3
E7	[...] Acredita-se que a legislação existente é suficiente e adequada, desde que observada e aplicada.	3.1
<b>Questão n.º 4</b>		
<b>Concorda com o reforço da intervenção de entidades externas na fiscalização interna dos mecanismos de prevenção da tortura atualmente existentes nas Forças de Segurança? Se possível, dê exemplos.</b>		
E1	[...] A fiscalização da atuação das Forças de Segurança tem no seu quadro atual inspeções internas, a intervenção da IGAI e do Provedor de Justiça. Há, assim, diferentes entidades que participam nesta fiscalização. O problema não estará tanto em quem monitoriza, mas sim nos recursos afetos a essa monitorização. Um reforço de recursos humanos e financeiros permitiria aumentar a regularidade das intervenções, a sua expansão a mais áreas geográficas do país, e uma maior atenção dada à necessidade de seguimento de quaisquer situações sinalizadas. Dito isto, a abertura à comunidade no acompanhamento da situação dos detidos é, em geral, benéfica: elementos da sociedade civil podem ser fundamentais. A sua presença é, em si mesma, dissuasora de eventuais comportamentos contrários à proibição dos maus-tratos. Mesmo não assumindo vestes de inspeção, o apoio psicológico, espiritual, etc. que consigam oferecer aos detidos pode ser importante para uma experiência de detenção menos traumática e penosa.	4.2
E2	[...] No entendimento do Departamento de Operações, nós concordamos com a existência de entidades externas de fiscalização, não concordamos é com a proliferação de entidades de fiscalização, ou seja, aumenta a credibilidade e o respeito pelos DH das FS se tivermos	4.1

	<p>uma entidade externa, e tanto faz, pode ser a IGAI, pode ser a Procuradoria-Geral da República, pode ser qualquer outra entidade que se entenda, o que não faz sentido é que tenhamos cinco, seis ou sete organismos, públicos ou privados com o direito de quando bem entenderem aparecerem numa esquadra ou num posto para inspecionar aquilo que os polícias estão a fazer, isso é que não podemos concordar, não traz nenhuma mais-valia ao serviço policial, muito menos à tranquilidade que obrigatoriamente um polícia tem de ter para fazer o seu trabalho.</p>	
<b>E3</b>	<p>[...] Relativamente ao Mecanismo de prevenção da tortura nacional, que é a Provedora de Justiça, [...] acho que deve haver uma comunicação e um trabalho em grupo de todas as situações que verifiquem que não estão em ordem [...]. Os mecanismos devem ter contactos e uma troca de trabalho, deveria centrar-se no sentido de haver um trabalho conjunto.</p> <p>[...] É uma das obrigações do Estado português, que haja a fiscalização internacional, por isso não temos nada a esconder.</p>	<b>4.2</b> <b>4.3</b>
<b>E4</b>	<p>[...] A responsabilidade maior de um dirigente é saber fazer escolhas, portanto se houver uma Inspeção-Geral que estatutariamente tiver muitas competências e tiver muitas capacidades de atuação, mas estiver à frente uma pessoa que não tem capacidade, não faz nada, portanto esse organismo autónomo que fiscaliza as FS para evitar que haja prática de ilícitos, para além de autónomo estatutariamente, tem de ter uma direção capaz, competente.</p> <p>[...] Eu creio que estes mecanismos são adequados, o que interessa é haver boas escolhas, boas práticas. Criar mais mecanismos loucamente não dá resultado nenhum [...]. Há uma coisa que eu sei, participei em muitas revisões de leis, de facto as leis são um guião, são uma pauta musical, como se fosse uma pauta de jazz, pode ser interpretada de várias maneiras, e andar a mudar leis por mudar, sobretudo em matérias de segurança, é inútil ou contraproducente. As mudanças legais em áreas de soberania – defesa, justiça, segurança – devem estar sujeitas a uma condição de necessidade [...]. Em matéria de segurança, eu hoje, e desde há uns bons anos, sou adepto de um saudável conservadorismo, só mudar quando é necessário.</p> <p>[...] O que é mais adequado para garantir as boas práticas é acertar nas nomeações de dirigentes, de responsáveis e depois haver uma ação de comando e de fiscalização, uma ação corretiva quando é necessário, de incentivo, de acompanhamento muito permanente.</p> <p>[...] Eu acho que a tortura é um domínio em que deve haver realmente uma prevenção muito efetiva e eu aceito e admito que haja também mecanismos à escala europeia, aquilo que quis dizer é que não vale a pena multiplicarmos os mecanismos de prevenção e fiscalização se nenhum funcionar. Eu acho que é mais correto, como princípio, apostar em várias frentes, mas limitadas, do que estar a multiplicar. A ideia quando há um grande problema, de criar mais uma comissão, um organismo, um Comité, é uma ideia inconsequente.</p> <p>[...] Se eu tivesse hoje responsabilidades ministeriais, como tive no passado, a minha aposta seria reforçar a IGAI, fazer escolhas de pessoas muito competentes para a IGAI, dar-lhe meios efetivos de visita às esquadras [...]. É importante que haja uma ação de facto preventiva e efetiva [...] eu diria que o ponto de partida é saber, primeiro se a inspeção interna funciona bem, segundo uma Inspeção-Geral bem dirigida, bem preparada, com condições para autonomia e exercício de competência.</p>	<b>4.1</b> <b>4.2</b> <b>4.3</b>
<b>E5</b>	<p>[...] Concorde-se com o reforço de todos mecanismos de fiscalização, externa ou interna, com o intuito de prevenir a tortura. Como é natural, a Inspeção-Geral da Administração Interna desempenha a sua função também e precipuamente nesta área, quer de um modo reativo (nomeadamente, no contexto disciplinar), quer procurando concretizar soluções que visam neutralizar os espaços favoráveis ao surgimento de atos de tortura.</p>	<b>4.2</b> <b>4.3</b>



<b>E6</b>	<p>[...] A presença constante e regular dos serviços de inspeção, das várias inspeções, quer interna da GNR e PSP, quer do próprio Ministério da Administração Interna, são importantes.</p> <p>[...] Uma fiscalização limitada aos serviços internos acaba por ser uma fiscalização que pode, por uma razão ou outra, ser menos rigorosa, aliás, o TEDH tem vários exemplos de censura a esses serviços internos, precisamente por falta de imparcialidade, o Tribunal é muito exigente no que toca a esses requisitos de independência e imparcialidade dos serviços de inspeção, e portanto haver um serviço externo que esteja presente com uma certa regularidade nos locais de detenção, é muito importante de facto.</p>	<b>4.3</b>
<b>E7</b>	<p>[...] Existe toda a vantagem em que as instituições sejam sujeitas ao escrutínio externo, em obediência ao princípio da transparência e da integridade.</p> <p>[...] A Guarda sempre verá este tipo de intervenção externa como uma mais valia, de que poderá tirar as melhores lições e atualizar o catálogo de boas práticas para o exercício cada vez mais humanizado da atividade policial.</p>	<b>4.3</b>
<b>Questão n.º 5</b> <b>Que mudança estrutural pode ser implementada para um melhor controlo da prevenção da tortura, de forma a garantir a dignidade humana de cidadãos detidos?</b>		
<b>E1</b>	<p>[...] Desde logo tem de se garantir que todos os locais de detenção das Forças de Segurança têm as condições estruturais e funcionais adequadas para receber detidos, ainda que por períodos curtos. A estrutura legal existe, e o respeito pelos direitos dos detidos é uma responsabilidade institucional e um desafio gestor de toda a hierarquia das Forças de Segurança.</p> <p>[...] Não sendo necessariamente uma mudança estrutural, a centralidade da proteção dos direitos humanos como eixo da atuação das Forças de Segurança deve estar refletida no perfil de recrutamento, avaliação e desenvolvimento das carreiras – deve ser uma exigência que contribua, igualmente, a valorização profissional de cada um.</p>	<b>1.6</b>
<b>E2</b>	<p>[...] Obviamente, julgo que é inerente ao nosso trabalho, que se criem protocolos que possam ser de alguma forma ratificados pelos órgãos inspetivos [...] entre as FS e a IGAI, para que aquilo que nós fazemos internamente com o cidadão detido corresponda àquilo que a IGAI pretende que nós façamos.</p>	<b>5.1</b> <b>5.3</b>
<b>E3</b>	<p>[...] Eu acho que uma cultura de DH está ligada à própria função de cada uma das FS. Aquilo que eu acho que era importante era que estas matérias fossem tratadas em cada uma das instituições de forma coordenada e em sintonia. Tem de haver uma dinâmica no sentido de haver reuniões, serem monitorizadas pela IGAI, quais são os principais problemas que cada uma das instituições tem.</p>	<b>5.3</b>
<b>E4</b>	<p>[...] Tem de ser a mudança da mentalidade [...]. A mentalidade é uma coisa muito arraigada nas pessoas, e, portanto, para além da inspeção, o que eu acho importante é mudar mentalidades.</p> <p>[...] Eu diria que o ponto de partida é mudar mentalidades que sejam discriminatórias, que sejam insensíveis, que sejam não empáticas em relação à dor do outro, tudo isso tem que ser mudado [...]. É necessário observar qual é a cultura, quais são os tiques dessa cultura que são perigosos, e tentar depois mudar a mentalidade.</p> <p>[...] As deformações têm de ser vencidas através de um discurso que valorize a segurança e as FS e não com um discurso externo e hostil, que não é compreendido por elas [...]. Tem de se perceber e tem de se entrar no grau de dificuldade da atuação das forças de segurança para poder dar alguns conselhos e tentar mudar as mentalidades.</p>	<b>5.1</b> <b>5.2</b>



<b>E5</b>	[...] Não se identifica a necessidade de mudanças estruturais.	
<b>E6</b>	[...] Mais uma vez, é a concretização das diretivas internacionais, quer do TEDH quer do CPT, são muito precisas, o caso Badulescu c. Portugal e o caso Petrescu c. Portugal terminam com indicações concretas que o Governo devia seguir e até agora não houve concretização nenhuma. É importante ver o que é que os organismos internacionais e nacionais fazem, ver os relatórios da Provedoria de Justiça e ver se esses relatórios estão a ser implementados.	<b>3.2</b>
<b>E7</b>	[...] Num momento prévio admite-se que tem que haver mais formação dedicada, no contexto dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais e um recrutamento mais adequado, porém existem outras medidas que podem reforçar o controlo e prevenção de comportamentos, nomeadamente a instalação de um sistema de videovigilância nas zonas de detenção, de modo a que fique assegurada a preservação das versões dos intervenientes, polícia e detidos, e a perceção da existência de um meio preventivo de escrutínio válido e validado.	<b>1.6</b> <b>3.3</b>
<p align="center"><b>Questão n.º 6</b></p> <p><b>Atendendo à sua experiência profissional, considera existirem alguns comportamentos a melhorar, praticados pelos elementos das Forças de Segurança, relacionados com a violação da dignidade humana, nomeadamente a tortura e outras penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, de cidadão detidos?</b></p>		
<b>E1</b>	<p>[...] A partir da experiência das queixas recebidas neste órgão do Estado, deve ser valorizado o cumprimento do dever de correção na atuação, nos termos vertidos no código deontológico. A contenção exercida nas pequenas coisas é propulsora do exercício da mesma contenção em outras situações mais exigentes.</p> <p>[...] Enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção, e no seguimento, também, de relatórios do Comité de Prevenção da Tortura do Conselho da Europa (CPT), destacam-se dois aspetos: por um lado, e como já referido, a necessidade de garantir condições materiais adequadas durante a detenção; por outro, e mais preocupante, a necessidade de atenção redobrada ao momento da detenção, onde, por vezes, surgem relatos de agressões e outros tratamentos degradantes.</p>	<b>6.3</b> <b>6.4</b>
<b>E2</b>	<p>[...] Sim, claro. [...] hoje em dia nós estamos perante um cenário de desrespeito pelos direitos do detido que já não tem a ver com a necessidade de obtenção de informação para o processo.</p> <p>[...] O que hoje em dia pode acontecer, parece-nos, é que os momentos de algum desrespeito pelo cidadão detido decorrem não da necessidade de uma melhoria de serviço, como era há 30 anos atrás, mas antes do total descontrolo emocional. E é por isso que a formação que nós temos que dar aos nossos profissionais não é tanto uma formação técnica-jurídica, mas é uma formação, sobretudo, no controlo emocional e na forma como conseguem gerir-se a si próprios.</p> <p>[...] Uma mentalidade em prol de uma atuação cada vez mais profissional, explicar a esta nova geração que uma atuação de um profissional de polícia não pode ter esses momentos de descontrolo emocional.</p>	<b>6.4</b>
<b>E3</b>	[...] Sendo a polícia um cidadão com tarefas específicas e especializadas tem que estar numa constante aprendizagem e poderá sempre melhorar o seu comportamento.	<b>6.4</b>
<b>E4</b>	<p>[...] Vou começar por um pormenor que me tem chamado a atenção muitas vezes, que é uma obsessão de alguns polícias de tratarem os outros por tu, dependendo da condição social [...]. Há uma perceção de desigualdade, muitas vezes quando um polícia interpela um suspeito.</p> <p>[...] Às vezes um tratamento formal é o melhor meio para estabelecer o distanciamento. Depois, é necessário ter presente, um polícia, como</p>	<b>6.1</b> <b>6.2</b> <b>6.3</b> <b>6.4</b>

	ser humanos não deve, em princípio, ter prazer com o sofrimento alheio [...]. Utilizar violência, utilizar força para além daquilo que é necessário, é sempre mal vindo, deve cumprir-se rigorosamente o art.º 18.º n.º 2, aquela santíssima Trindade de princípios – necessidade, adequação, proporcionalidade – deve ser levada a sério.	
<b>E5</b>	[...] O sistema nacional é manifestamente hostil à tortura. Os comportamentos problemáticos que se identificam são residuais e sobre os mesmos é exercida a ação legal pertinente e adequada. Como decorre do que se respondeu às questões anteriores, contra esta ameaça, que é permanente, tem de se manter vigilância, também ela permanente.	<b>6.4</b>
<b>E6</b>	[...] Eu acho que há sempre espaço para melhorar, mas isso depende sobretudo da formação, há que formar melhor para ter uma melhor polícia e melhores forças de segurança. E o uso da força é um dos exemplos das bitolas de conduta que o TEDH e o CPT têm delimitado de maneira muito rigorosa, saber se determinadas técnicas de contenção física e de utilização de armas, se podem ser usadas ou não. Era muito importante que se treinasse os operacionais do terreno para que se possa cumprir com essas obrigações internacionais.	<b>6.3</b> <b>6.4</b>
<b>E7</b>	[...] Atendendo à ambição da Guarda e daquilo que se espera do seu recurso mais valioso, que são as suas mulheres e homens que a integram, é evidente que existe sempre espaço para a melhoria do seu comportamento, daí a Guarda ter vindo a congregar sinergias para o reforço da formação e atualização dos conteúdos programáticos nos demais cursos de formação, especialização e promoção, na área do direito, como os Direitos Fundamentais e Direitos Humanos, na área técnico-profissional relacionada com a preservação da integridade física e emocional do cidadão, que por si só obriga à modelagem do comportamento dos militares e do seu constante controlo emocional aquando da interação com o cidadão, designadamente perante pessoas detidas.	<b>2.6</b> <b>6.4</b>